

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 31/03/2021	Página: 10

Tribuna

Preço da Hora ajuda consumidor a economizar

Os consumidores baianos não precisam sair de casa para pesquisar os menores preços desta Páscoa. Em tempos de pandemia, o aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um grande aliado para quem quer economizar e buscar as melhores promoções sem ter que sair de casa. A contabilista Marília Silva aproveitou a ferramenta para pesquisar os preços de ovos de Páscoa. "É muito prático utilizar o aplicativo para comparar os preços sem sair de casa. Para quem tem a vida corrida e não quer se expor pesquisando presencialmente, o Preço da Hora Bahia facilita bastante", conta.

Com mais de 412 mil usuários em todo o estado, o Preço da Hora Bahia está disponível para Android e IOS e também pode ser acessado pelo site precodahora.ba.gov.br. Lançado em abril de 2020 pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o app conta com uma lista de mais de 500 mil produtos comercializados pelo varejo em toda a Bahia. Entre estes produtos estão ovos de Páscoa, chocolates e outros itens relacionados à Semana Santa. A pesquisa inclui item, o histórico de preços e dia e hora em que ocorreu a última venda deste produto.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/03/2021	



Preço da Hora Bahia ajuda consumidor a economizar na Páscoa

30 março 2021



Foto: Reprodução

Os consumidores baianos não precisam sair de casa para pesquisar os menores preços desta Páscoa. Em tempos de pandemia, o aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um grande aliado para quem quer economizar e buscar as melhores promoções sem ter que sair de casa.

A contabilista Marília Silva aproveitou a ferramenta para pesquisar os preços de ovos de Páscoa. “É muito prático utilizar o aplicativo para comparar os preços sem sair de casa. Para quem tem a vida corrida e não quer se expor pesquisando presencialmente, o Preço da Hora Bahia facilita bastante”, conta.

Com mais de 412 mil usuários em todo o estado, o Preço da Hora Bahia está disponível para Android e IOS e também pode ser acessado pelo site precodahora.ba.gov.br.

Lançado em abril de 2020 pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o app disponibiliza uma lista de mais de 500 mil produtos comercializados pelo varejo em toda a Bahia. Entre esses produtos estão ovos de Páscoa, chocolates e outros itens relacionados à Semana Santa.

A pesquisa inclui também medicamentos e combustíveis. As informações tomam por base as informações extraídas das notas fiscais eletrônicas.

Como pesquisar

Basta digitar o nome do item desejado no campo de busca para verificar os menores preços e os estabelecimentos mais próximos, em um raio de até 30 quilômetros, que comercializam o produto. Na pesquisa, o consumidor também encontra o telefone para contato e a rota para chegar até o local. Ao digitar, por exemplo, “ovo de Páscoa”, é possível comparar os preços das diferentes marcas deste item, o histórico de preços e dia e hora em que ocorreu a última venda deste produto.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, recomenda que, em casos de preços muito abaixo do mercado, o consumidor telefone para o estabelecimento para confirmar o valor informado, que pode ter sido proveniente de promoção-relâmpago ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, entre outras.

“Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo”, esclarece o diretor.

Recentemente, a Sefaz-Ba lançou a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

Fonte: Ascom/Sefaz

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Economia
Data: 30/03/2021	Página: --



Compras até 31 de março concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada

A campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado da Bahia irá distribuir R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 ganhadores no dia 22 de abril.

Tribuna da Bahia, Salvador

30/03/2021 10:00 | Atualizado há 1 dia, 1 hora e 1 minuto



Foto: Mateus Pereira / GOV BA

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até esta quarta-feira (31) para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final deste mês para participar do sorteio de abril.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 22 de abril e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Esporte
Data: 31/03/2021	Página: 08

Tribuna

PROGRAMA FAZATLETA

Governo libera R\$ 4,5 milhões

O Governo da Bahia, através da Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, renda e Esporte, liberou a verba de R\$ 4,5 milhões para o apoio a atletas e eventos esportivos baianos no ano de 2021. A Comissão Gerenciadora do Programa faz os ajustes finais na Resolução que irá estabelecer critérios para elaboração, inscrição e avaliação de projetos, orientando atletas sobre prazos e como fazer o encaminhamento de suas propostas.

“Mesmo em um momento difícil como este, o Governo da reafirma seu compromisso com o segmento esportivo, valorizando os talentos nas mais diversas modalidades esportivas”, comentou o Secretário da Setre, Davidson Magalhães.

O Programa FazAtleta tem como mecanismo de funcionamento o abatimento

no imposto à empresa situada no estado da Bahia que apoiar financeiramente projetos esportivos. O desconto é assegurado por meio de operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Criado em 1999, é destinado a atletas, equipes e eventos. Nessas duas décadas de funcionamento, já foram mais de R\$ 67,4 milhões em incentivo fiscal disponibilizados, totalizando 1.115 projetos esportivos apoiados. Numa entre a Setre e a Sefaz, a Comissão Gerenciadora (Comger) é composta por dez membros, dentre eles, representantes de federações esportivas, universidades públicas, indústria e comércio, paradesporto e o Conselho Regional de Educação Física (Cref-Bahia).

Veículo: G1	
Data: 30/03/21	



Bolsonaro retira urgência do projeto que unifica cobrança de ICMS sobre combustíveis

Projeto enviado ao Congresso em fevereiro tramita em ritmo lento. Texto acena a caminhoneiros, mas desagrada secretários estaduais de Fazenda; hoje, cada estado define sua alíquota.

Por Jamile Racanicci e Marcelo Parreira, TV Globo — Brasília

30/03/2021 18h39 Atualizado há 16 horas

O presidente **Jair Bolsonaro** retirou nesta terça-feira (30) o pedido de urgência constitucional enviado ao **Congresso Nacional** para o **projeto de lei que altera a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos combustíveis**.

O cancelamento da urgência constitucional consta em um despacho assinado por Bolsonaro e publicado em edição extra do "Diário

Oficial da União" nesta terça. O documento não informa o motivo da desistência.

O projeto de lei complementar chegou à **Câmara dos Deputados** em 12 de fevereiro e estabelece uma alíquota unificada do imposto em todo o país – hoje, cada estado define seu próprio percentual sobre cada combustível. Veja no vídeo abaixo, de fevereiro, um resumo da proposta:



Governo manda ao Congresso projeto que muda cobrança do ICMS sobre combustíveis

Ao enviar o texto ao Congresso, Bolsonaro pediu tramitação em regime de urgência constitucional. Esse dispositivo tem efeito automático e impõe um prazo de 45 dias a cada Casa do Congresso (Câmara e Senado) para a tramitação da matéria – depois disso, o texto passa a trancar a pauta para a maioria das votações.

Passado um mês e meio, o texto ainda não foi analisado em nenhuma comissão da Casa. O projeto foi recebido nas comissões e ganhou relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT): o deputado Júlio Cesar (PSD-PI), que ainda não apresentou parecer.

O que diz o projeto

Em aceno a caminhoneiros, o projeto de lei complementar foi enviado ao Congresso como tentativa de reduzir a oscilação nos preços de combustíveis. Entretanto, a proposta da União desagradou os secretários estaduais de Fazenda.

O projeto prevê, em linhas gerais:

- que o ICMS será recolhido uma única vez sobre gasolina, diesel, álcool, querosenes e óleos combustíveis, biodiesel, gás natural e gás de cozinha, entre outros produtos do tipo;
- que o ICMS será cobrado na refinaria – nos termos da lei, serão contribuintes do ICMS "o produtor e aqueles que lhe sejam equiparados e o importador dos combustíveis e lubrificantes";
- que a alíquota de ICMS para cada combustível será uniforme em todo o país, com um valor fixado em reais – e não como uma porcentagem do preço total;
- que essa alíquota será definida por deliberação dos estados e do Distrito Federal;
- que o ICMS sobre lubrificantes e combustíveis de petróleo será recolhido na unidade da Federação onde houver o consumo final;
- que mudanças nessas alíquotas só terão validade após uma "carência" de 90 dias.

•

Estados contestam projeto

Em **carta assinada em fevereiro por todos os 27 secretários do país**, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz) afirmou que o aumento de preços dos combustíveis não tem relação com os impostos estaduais.

Em vez disso, a oscilação seria consequência da política de preços da Petrobras, que hoje adota a paridade entre o preço do combustível no Brasil e o preço internacional.

Para os secretários, alterações na estrutura de cobrança do ICMS devem ser debatidas no âmbito da Comissão Mista da Reforma Tributária, do Congresso Nacional.

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupoatarde.com.br

BALANÇO Com 120 mortes por Covid em 24h, Bahia já soma 15.170 óbitos

www.atarde.com.br/salvador

COMBATE Militares precisam ser lotados em Salvador, ter idade igual ou superior a 50 anos

Imunização de policiais militares começa, hoje, na capital baiana

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Salvador iniciará, hoje, a vacinação de policiais militares contra a Covid-19. Inicialmente, serão imunizados PMs em atividade e com idade a partir dos 50 anos.

A vacinação de outras categorias, como agentes de trânsito e transporte, policiais civis, policiais federais e guardas municipais, deverá começar até o final da próxima semana, segundo a administração municipal, a depender do envio de novas doses pelo governo federal.

Também a partir de hoje, serão imunizados na capital idosos a partir dos 64 anos, nascidos entre 31 de março de 1956 e 30 de setembro de 1956 (veja ao lado).

A vacinação de agentes da segurança e salvamento com mais de 50 anos de idade em toda a Bahia foi autorizada em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância deliberativa do Sistema Único de Saúde (SUS) que reúne os 417 municípios baianos e governo do Estado.

Integram o novo grupo prioritário policiais federais, militares e civis, bombeiros e guardas municipais. O escalonamento e as datas de vacinação são definidos por cada município.

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirma que "a imunização contemplará todos que estão na ativa e iniciará de modo escalonado, com pessoas acima de 50 anos".

Para o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino, "essa é uma decisão correta, pois durante a pandemia, cerca de 6.400 policiais e bombeiros da ativa foram afastados do trabalho



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Policiais militares receberão a primeira dose da vacina contra a Covid-19, a partir de hoje, das 8h às 17h, na capital

No ato da vacina deve apresentar documento de identificação com foto e cópia do último contracheque. Prazo é das 8h às 17h

por suspeita de infecção e 34 morreram".

Policiais militares serão imunizados das 8h às 17h. As doses para esse público serão aplicadas na Universidade Católica do Salvador – Campus Pituacu (drive e fixo) e no Clube dos Oficiais da Polícia Militar (fixo).

É necessário apresentar documento oficial de identificação com foto e cópia do último contracheque.

Outros estados já começaram a vacinar agentes da segurança. Há cerca de uma

semana, o Pará iniciou a imunização de policiais militares e civis, agentes de trânsito, militares do Corpo de Bombeiros e outros servidores ligados à Segurança Pública.

No último domingo, o Amazonas também começou a vacinar esses profissionais, após decisão judicial. Em Goiás, a categoria foi incluída entre os grupos prioritários na segunda-feira passada.

São contemplados trabalhadores na ativa e também

é utilizada a ordem decrescente de idade como critério para aplicação das doses.

São Paulo e Espírito Santo já anunciaram datas para começar a imunização tanto de profissionais da segurança quanto da educação.

Em São Paulo, a vacinação de agentes da segurança pública será iniciada no dia 5 de abril e a dos profissionais da educação na semana seguinte, no dia 12. No Espírito Santo, ambos os grupos serão imunizados a partir do dia 15 de abril.

Ferry e rodoviária fecham durante o feriadão

GABRIEL GALINDO*

A partir de amanhã, o sistema Ferry-Boat e a rodoviária fecham durante a Semana Santa. Tanto no sistema rodoviário intermunicipal, quanto no serviço da travessia marítima, os passageiros que adquiriram passagens antecipadas têm assegurado o direito a remarcação da viagem em até um ano.

Segundo o diretor executivo da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), Carlos Henrique Martins, "o reembolso integral do valor da passagem está assegurado pela Resolução Agerba nº10/2021, publicada no diário oficial do último sábado".

No caso do ferry, pelo serviço Hora Marcada, os passageiros podem reagendar a travessia. A Internacional Travessias Salvador, administradora do sistema, fez contato por e-mail com todos os clientes que adquiriram passagens para o período, informando o fechamento e disponibilizando horários para remarcação.

Atendimento

O canal de atendimento ouvidoria@internacionaltravessias.com.br está disponível para esclarecimento de dúvidas, informações, soli-



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Movimento de passageiros no ferryboat era tranquilo ontem

citações e reclamação.

A movimentação registrada nos últimos meses, na rodoviária, é de -65%, se comparada a movimentação média antes da pandemia. Já no ferry, antes da pandemia, a em média era 15 mil pes-

Passageiros que adquiriram passagens podem remarcar em até um ano

soas e 2 mil veículos, diariamente.

Desde o início da quarentena, ano passado, a demanda oscilou bastante e vem apresentando uma média diária de 5,7 mil pessoas e 950 veículos.

Horários

De acordo com as determinações do governador Rui Costa, anunciadas na última terça-feira, a suspensão começa a partir da meia-noite de amanhã, para circulação e saída dos transportes, e partir das 9h do mesmo dia, serão suspensos a chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal público e privado, nas modali-

des regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans. A medida segue até as 5h do dia 6 de abril.

Também ficam suspensas, a partir de 20h de hoje, a circulação, saída e chegada de ferry-boats e catamarãs, em todo estado, até as 5h do dia 6 de abril.

Além disso, serão suspensos, a partir das 20h de amanhã, a circulação, saída e chegada de transporte coletivo intermunicipal hidroviário, público e privado, como lanchinhas e balsas, em todo o estado, até as 5h do dia 5 de abril.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Parentes de pacientes têm rotina angustiante

LUANA LISBOA*

Para o paciente internado com Covid-19, o jeito de amenizar a solidão, por vezes, é se afeiçoar aos profissionais da equipe de saúde que o atende. Já para os familiares do paciente, o jeito é se contentar com os boletins médicos diários que, em alguns casos, são a única forma de comunicação com as famílias.

No caso de Kássios Castro, marido de Roqueline Uzêda, que esteve no Hospital Espanhol, ele diz que "o médico ligava para explicar, tirava nossas dúvidas e isso dava um certo conforto, além chamadas de vídeo".

A técnica de enfermagem responsável pelas videochamadas no hospital, Débora Freitas explica que elas acontecem pela tarde para pacientes na UTI. "Além disso, os boletins são enviados para os celulares dos familiares".

Com o ex-marido internado no Hospital Arena Fonte Nova, Cláudia Isabel está sem notícias desde o último dia 26. "Estou responsável por ele e nunca recebi um boletim". Após ser procurada por A TARDE, as Obras Sociais Irmã Dulce, gestora da unidade, afirmou ter entrado em contato com os familiares do paciente.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Vacinação chega para idosos a partir de 64 anos

TÁCIO CALDAS*

Hoje, a campanha de vacinação contra a Covid-19 em Salvador vai contemplar idosos a partir dos 64 anos. As imunizações serão divididas em dois turnos e ainda vai abranger os idosos de idade igual ou superior aos 65 anos.

Pela manhã, das 8h às 12h, será realizado o complemento do quadro vacinal da primeira dose para os idosos de 65 anos ou mais nascidos entre outubro de 1955 e 31 de março de 1956.

Das 13h às 17h, será a vez dos cidadãos com idade igual ou superior aos 64 anos nascidos entre 31 de março de 1956 e setembro de 1956.

O anúncio do cronograma de vacinação para hoje foi feito pelo prefeito de Salvador em uma rede social. "Os demais idosos de 64 anos, amanhã (hoje) no decorrer do dia a gente informa os horários e locais de vacinação", esclareceu Bruno Reis. O prefeito ainda aproveitou para lembrar a necessidade de verificar no site da prefeitura os locais de vacinação e observar o "Filômetro".

As segundas doses continuam sendo aplicadas normalmente em idosos e trabalhadores da saúde, de acordo com a data de retorno indicada no cartão de vacina disponibilizado no ato da primeira dose.

Os pacientes em hemodiálise continuam sendo vacinados com a 1ª dose hoje. Para qualquer público, o nome precisa constar no site da SMS (www.saude.salvador.ba.gov.br) e no ato da vacina apresentar documento de identificação com foto. A 1ª dose para trabalhadores da saúde está suspensa.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Horário do toque de recolher volta a ser 20h

CÁSSIO SANTANA

O governador Rui Costa (PT) afirmou, em live ontem, que o horário do toque de recolher no estado voltará a ser a 20h a partir da próxima segunda-feira.

"Espero que com a melhoria dos números [de infecção e ocupação de leitos] as atividades possam ser retomadas de maneira gradual", disse o governador.

O petista espera que, com a suspensão do transporte intermunicipal durante o próximo final de semana, o cenário epidêmico melhore. "Estamos com 84% dos leitos do UTI ocupados. Nesse momento os números estão em estabilidade, mas em um patamar alto, mas parou de crescer. Queremos forçar uma queda maior".

Ministros

Rui comentou as recentes mudanças ministeriais promovidas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O governador defendeu as mudanças, mas lamentou a condução do governo federal na pandemia. "Eu acho que quem foi eleito tem o direito de fazer trocas de assessores e ministros. O que eu lamento é o Brasil mergulhado nessa crise. O Brasil é tido hoje, infelizmente, como o pior país do mundo no trato da pandemia", disse.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

TRABALHO Em fevereiro, estado registrou melhor desempenho na geração de postos com carteira assinada da região; no Brasil foram abertas 401 mil vagas

Bahia cria 18,9 mil empregos formais e é líder no Nordeste

AGÊNCIA BRASIL E DA REDAÇÃO

Brasília e Salvador

A Bahia gerou 18.993 postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro, resultado que decorre da diferença entre 60.982 admissões e 41.989 desligamentos. O estado lidera a geração de empregos formais na região Nordeste.

“Os números mostram um aumento no ritmo de crescimento das contratações formais em 2021. Com esse saldo mensal, a Bahia lidera a geração de empregos no Nordeste, representando 46,5% do total de empregos criados na região em fevereiro”, destaca o secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Segundo o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, na comparação com o total dos estados brasileiros e o Distrito Federal, a Bahia ocupou a 6ª posição em fevereiro, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No total, o Brasil gerou 401.639 novos postos de trabalho em fevereiro deste ano, resultado de 1.694.604 admissões e de 1.292.965 desligamentos de empregos com carteira assinada. O crescimento é o maior para o mês, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Mais uma vez, o vigor da economia brasileira, a resiliência da economia brasileira surpreendendo as expectativas”, disse o ministro, durante coletiva virtual de divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). “São

400 mil novos empregos, recorde para o mês de fevereiro, é o que indica que estamos, definitivamente, no caminho certo do ponto de vista da recuperação da atividade econômica”, disse.

O mês de fevereiro, entretanto, não contempla o período de intensificação das restrições das atividades, impostas por diversos estados e municípios para o enfrentamento à nova onda de casos de Covid-19. Nesse sentido, para Guedes, o foco do governo agora deve ser a va-

nação em massa da população, “principalmente dos 40 milhões de brasileiros do mercado informal”, que é o grupo mais vulnerável que foi atendido pelo auxílio emergencial do governo federal.

De acordo com o ministro, cerca de 10% das novas admissões, 173 mil vagas, foram no setor de serviços, que é o mais sensível também para a informalidade. “Nós precisamos vacinar em massa para que o brasileiro informal, os quase 40 milhões de invisíveis, não fique

nessa escolha cruel entre sair [para trabalhar] e ser abatidos pelo vírus ou ficar em casa e ser abatido pela fome”, disse.

Por setor

No mês passado, os dados apresentam saldo positivo no nível de emprego nos cinco agrupamentos de atividades econômicas: serviços, com a criação de 173.547 postos, distribuído principalmente nas atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; indústria geral, que criou 93.621 novos empregos, concentrados na indústria de transformação; comércio, mais 68.051 postos de trabalho gerados; construção, saldo positivo de 43.469 postos; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que registrou 23.055 novos trabalhadores.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego, sendo que houve aumento de trabalho formais em 24 das 27 unidades da Federação. Os destaques são para São Paulo com a abertura de 128.505 postos, aumento de 1,04%; Minas Gerais que criou 51.939 novas vagas (1,25%); e Paraná, com saldo positivo de 41.616 postos (1,50%).

Os estados com saldo negativo de empregos em fevereiro são Amazonas, que teve o fechamento de 625 postos, queda de 0,15%, o primeiro estado a sofrer com a segunda onda da pandemia; Alagoas, com saldo negativo de 485 postos, diminuição de 0,14%; e Paraíba, que encerrou o mês menos 136 postos de trabalho formal, queda de 0,03%.



Uendel Galter / Ag. A TARDE / 15.6.2020

Setor da construção foi um dos que abrem novas vagas

MUDANÇA

Fundação Odebrecht anuncia nova marca

DA REDAÇÃO

A Fundação Odebrecht anunciou, ontem, seu novo nome e marca para seus integrantes e do Grupo Novonor, além de parceiros em geral. Em homenagem à história e legado de seu fundador, a instituição passa agora a se chamar Fundação Norberto Odebrecht.

A mudança também celebra um importante marco em mais de 55 anos de história: a busca pela expansão responsável, na qual a instituição colocará sua tecnologia social de impactos comprovados à serviço de gestores públicos, empresas privadas e suas lideranças, investidores e empreendedores sociais como um modelo de desenvolvimento territorial sustentável para fazer frente a contextos de vulnerabilidades sociais.

Com esse posicionamento, a Fundação Norberto Odebrecht reforça sua finalidade básica de contribuir para promover o combate à pobreza e à desigualdade visando a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

Legado

Segundo Fabio Wanderley, superintendente da instituição, a nova marca mantém

vivo o legado de Norberto Odebrecht. “Nosso fundador dedicou boa parte de sua vida à Fundação e em viabilizar que jovens e suas famílias tivessem acesso a um futuro mais sustentável. Com muita dedicação, ele sempre trabalhou para que nossa instituição pudesse seguir atuando em regiões de desigualdades e contribuindo positivamente para o desenvolvimento dessas comunidades. Ao homenageá-lo em nossa nova marca, queremos também reafirmar que seguimos dando continuidade ao trabalho iniciado por ele”, pontua.

A concepção da nova marca reúne ainda elementos que fazem referência à sustentabilidade, água, meio ambiente e ao potencial de autodesenvolvimento do ser humano e seu espírito de servir. O desejo da instituição em difundir mais a sua atuação e estabelecer uma relação mais estreita com as partes relacionadas é reforçado por Cristiane Nascimento, responsável por Sustentabilidade, Parcerias e Comunicação na Fundação Norberto Odebrecht. “Mais do que adotar uma nova identidade visual, nós revisitamos também a forma como nos comunicávamos. Ajustamos o nosso tom de voz para nos aproximarmos mais dos beneficiários”, afirma.

TALK SHOW

Lideranças femininas debatem sobre o futuro

DA REDAÇÃO

Fortalecer as lideranças femininas e aumentar a representatividade de mulheres em espaços de poder e na sociedade. Esses foram os objetivos do Talk Show “Mulheres que Escrevem o Futuro”, que ocorreu ontem, às 19h, no canal do YouTube da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA). A conversa foi mediada pela coordenadora estadual da Câmara da Mulher Empresária da Fecomércio Bahia, Rosem-ma Maluf.

No papo, as especialistas ressaltaram a importância da união estratégica entre as mulheres e da qualificação profissional para o fortalecimento da presença feminina tanto no mercado de trabalho, quanto em questões sociais como o feminicídio.

“Conhecimento é uma coisa que transforma, e antes, ele era vedado à mulher”, afirmou Rosem-ma, que aproveitou para citar datas decisivas para as conquistas do direito da mulher e apresentou dados sobre diferenças salariais, feminicídios, lideranças no mercado de trabalho e cenário feminino na política.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

ORÇAMENTO

Ministério da Economia vê risco de crime de responsabilidade

DA REDAÇÃO

O Ministério da Economia vê risco de o governo cometer crime de responsabilidade se sancionar o Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso.

Formalizar o Orçamento no desenho atual significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disseram integrantes do governo ouvidos pelo jornal Folha de S. Paulo. Por isso, o time do ministro da economia, Paulo Guedes, procura uma forma de ajustar os números.

Independentemente de como esse ajuste será feito, a condição inicial é haver um acordo com a classe política. As conversas entre governo e aliados precisam encontrar um consenso sobre o que vai ser retirado do Orçamento.

Três formas

Nos bastidores, três formas para ajustar o Orçamento foram colocadas sobre a mesa. A votação de um projeto orçamentário completamente novo, o ajuste nos números pelo relator ou vetos a aumentos de despesas a serem feitos por Bolsonaro no ato da sanção.

As conversas prosseguem e dependem de refazer costuras com aliados.



É preciso acreditar que há luz no fundo do túnel

Divulgação



Cavalcanti ressalta que é “salutar união entre associações de empregadores e empregados”

Reação! É perceptível o movimento de conscientização e participação da grande maioria dos cidadãos brasileiros, que, agora, parecem sair da sua linha de conforto e passam a demonstrar incômodo com os sérios problemas causados por medidas de constrição de direitos constitucionais. O que pode haver de mais essencial do que colocar a comida na mesa de sua família, ter um teto e direito ao trabalho?

De certo, toda e qualquer manifestação precisa ser equilibrada. Mas faz-se necessário, desde já, que o diálogo seja acompanhado de ação. Já é possível perceber as consequências batendo à porta dos brasileiros, provocando transtornos emocionais severos e, consequentemente, perdas de muitas vidas. O ativista da função social da empresa e coordenador do Núcleo Jurídico da Associação Comercial da Bahia (ACB), Paulo Cavalcanti, avalia que, pela primeira vez, é observada uma reação do povo, como se a população estivesse acordando de uma letargia profunda.

“O pânico, o medo, a insegurança jurídica, o descrédito das nossas instituições públicas, os absurdos que se estampam em nossa cara diariamente provocaram uma divisão no Brasil. Uns procurando o culpado. Outros apontando o dedo, na tentativa de se esquivar das suas próprias responsabilidades, como se nada tivessem a ver com isso. E, de repente, nos sentimos impotentes e sem o devido valor. O que achávamos que tínhamos nos foi tirado”, aponta Cavalcanti.

Com certo atraso, o jogo está se revertendo e levando as pessoas a assumirem a responsabilidade das suas próprias vidas e daquelas que as cercam. São dias que nos levaram a despertar para um sentimento de indignação. A certeza de que cada um é responsável pelo seu destino e que não devemos entregá-lo nas mãos de quem quer que seja.

Enfim, surge uma luz no fundo do túnel. A consciência começa a aparecer claramente. De pronto, começam a surgir cobranças e as associações e entidades de representação de classes, agoniadas, passam a perceber que precisam de mais união para ampliarem suas forças e exigirem os direitos que estão sendo atacados frontalmente. E o resultado com certeza chegará!

A reboque vem também uma certa desilusão. Associações de empresários que ostentavam certa presunção de influência passam a ser ignoradas por políticos e gestores públicos. De forma ordeira, o que resta é a judicialização. Neste contexto, o ponto positivo é uma salutar união entre associações de empregadores e empregados. “É hora de as diferenças serem deixadas de lado e agirem como deveria acontecer em todas as instituições brasileiras. Percebemos que o cidadão comum também está buscando participar. Com isso, é perceptível a sensação de que, em breve, vamos transformar as relações em nosso país”, finaliza o coordenador do Núcleo Jurídico da ACB.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Ipea projeta alta de 3% do PIB este ano

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou ontem que projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) em 2021, com queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com ajuste sazonal. “Além do impacto da pandemia e do endurecimento das medi-

das de isolamento social por parte de governos estaduais e municipais sobre o ritmo da economia, as previsões para 2021 também levam em conta as incertezas quanto à capacidade de se promover os ajustes nas contas públicas necessários para uma trajetória fiscal equilibrada”, disse o instituto de pesquisa em comunicado.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/03/2021	



Bahia gera 18.993 empregos formais e lidera Nordeste em fevereiro

30 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Bahia gerou 18.993 postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro, resultado que decorre da diferença entre 60.982 admissões e 41.989 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados nesta terça-feira (30) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

“Os números mostram um aumento no ritmo de crescimento das contratações formais em 2021. Com esse saldo mensal, a Bahia lidera a geração de empregos no Nordeste, representando 46,5% do total de empregos criados na região em fevereiro”, destaca o secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Segundo o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, na comparação com o total dos estados brasileiros e o Distrito Federal, a Bahia ocupou a 6ª posição em fevereiro, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Vale ressaltar que a Bahia vem gerando saldo positivo na geração de emprego formal desde julho de 2020 e no acumulado deste ano de 2021 também lideramos a criação de novos postos de trabalho com carteira assinada no Nordeste, com saldo positivo de 33.281 postos, apesar do contexto sanitário mundial atípico, da pandemia da Covid-19”, explica Pinheiro.

O saldo de fevereiro de 2021 ultrapassou também o resultado de janeiro, quando 15.049 postos de trabalho foram criados, sem as declarações fora do prazo. Todos os setores geraram postos no mês de fevereiro de 2021: Indústria geral (+4.276 postos), Informação, comunicação e outras atividades (+4.023 postos), Comércio (+3.871 postos), Construção (+2.813 postos), Administração pública (+1.954 postos), Alojamento e alimentação (+852 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+522 postos), Transporte, armazenagem e correio (+396 postos), Outros serviços (+284 postos) e Serviços domésticos (+2 postos).

Avaliando-se os dados referentes aos saldos de empregos distribuídos no estado, em fevereiro de 2021, constata-se ganho de emprego na RMS e no interior. De forma mais precisa, foram criados 8.226 postos de trabalho na RMS no segundo mês do ano e, no interior, 10.767 posições celetistas foram geradas. Quanto ao saldo de emprego acumulado no ano de 2021, enfatiza-se a abertura de postos de trabalho com carteira assinada na RMS (+12.163 postos) e a criação de posições celetistas no interior (+21.118 postos).

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/03/2021	



Estado lança Programa Educar para Trabalhar e ofertará 200 mil vagas de qualificação profissional para estudantes

30 março 2021



Foto: Claudionor Jr./SEC

O governador Rui Costa lançou, durante a edição desta terça-feira (30) do Papo Correria, o Programa Educar Para Trabalhar – Programa de Qualificação Profissional, como parte do pacote de ações voltadas aos estudantes da rede estadual de ensino, no âmbito do Programa Estado Solidário. Com o Programa Educar Para Trabalhar, o Governo do Estado ofertará 200 mil novas vagas para 44 cursos gratuitos de qualificação profissional à distância, em 2021, na rede estadual de ensino.

Rui lembrou que o número de vagas vai permitir beneficiar, além dos alunos da rede profissional, 70 mil estudantes do Ensino Médio e também 22 mil egressos que saíram da rede nos últimos anos. “Ao todo, temos 108 mil estudantes matriculados na rede de ensino profissional, mas queríamos ampliar o número de estudantes com acesso aos cursos. Fizemos uma parceria com o Sistema S e estamos ofertando cursos online em diferentes áreas. Esses cursos também vão contar para a jornada escolar, sendo mais um conteúdo disponibilizado para a rede estadual neste ano de retomada”, detalhou o governador.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) atenderão estudantes já matriculados que fazem cursos técnicos ou o Ensino Médio (1º, 2º e 3º e 4º ano) e beneficiarão também egressos da rede estadual. O objetivo é promover a qualificação dos estudantes para o mundo do trabalho e elevar a escolaridade.

“Este novo Programa de Qualificação integra a política de expansão da oferta de cursos de qualificação e formação profissional do governo do Estado da Bahia. A determinação do governador Rui Costa é que sejam ofertados cursos em todos os municípios e estamos trabalhando, mesmo com o cenário de pandemia, para proporcionar esta oportunidade aos nossos estudantes e egressos da rede estadual”, afirmou o secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues.

As vagas serão oferecidas nos 27 Territórios de Identidade da Bahia, alcançando os 417 municípios. Os cursos serão nos eixos tecnológicos de Meio ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Designer; Produção Industrial; Recursos Naturais; e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Ao longo do ano, serão realizados dois processos seletivos, via sorteio eletrônico com editais a serem publicados nos meses de maio e julho, no [Portal da Educação](#), e amplamente divulgados na imprensa. Os cursos terão carga-horária entre 160 e 240 horas, com duração de até quatro meses e, ao final, o estudante receberá certificado na conclusão do curso.

Por causa da pandemia do novo Coronavírus, os cursos deverão começar na modalidade 100% remota, no formato Educação à Distância (EaD), envolvendo parcerias com instituições públicas e privadas, a exemplo do Senai, Senac e Senar. O estudante também precisará ter 75% da frequência e de nota seis nas atividades.

Para o estudante Marcos Gabriel Patrocínio, 17, que faz o curso técnico de nível médio em Comunicação Visual, no Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia Informação e Comunicação (CEEP TIC), em Lauro de Freitas, esta é mais uma oportunidade de qualificação para a sua formação.

“Estes novos cursos são de extrema importância, porque vão me oferecer mais uma chance de aperfeiçoar o meu aprendizado e, por serem mais curtos, posso almejar um espaço no mercado de trabalho e ajudar a minha família, enquanto concluo o curso de Comunicação Visual”, destaca o estudante.

Segundo o diretor Denis Daltro, do CEEP TIC, com os novos cursos, a Bahia dá um salto na qualificação profissional. “É muito importante a iniciativa do Governo do Estado em promover os cursos FIC, porque iremos abranger toda a Bahia, dando a oportunidade para que os jovens dos cursos técnicos e do Ensino Médio, bem como os egressos da rede estadual, desenvolvam habilidades e competências que somem ao seu conhecimento e os insiram no mundo do trabalho”.

Outras políticas de assistência estudantil

Além do programa de qualificação, o Governo da Bahia investe em mais três programas de assistência estudantil, cujos investimentos somam mais de R\$ 410 milhões, em 2021, com recursos próprios do Estado. Com o Programa Vale-alimentação Estudantil, cada estudante matriculado na rede estadual recebe R\$ 55 para a compra de gêneros alimentícios, o que representa investimento de R\$ 44 milhões por parcela. Com o Programa Mais Estudo, bolsas de R\$ 100 serão concedidas para 52 mil estudantes, que darão monitoria em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica aos colegas.

O outro programa é o Bolsa Presença, que concederá R\$ 150 para cada família de baixa renda, cadastrada no CaD Único e com filhos na rede estadual. O objetivo do Bolsa Presença é assegurar a permanência dos estudantes nas escolas, evitar o abandono e fortalecer o vínculo com a escola.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/03/2021	



Hospital Metropolitano abre mais 70 leitos para Covid-19 e chega a 230 leitos em funcionamento

30 março 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Com a atenção voltada à abertura de novos leitos exclusivos para atendimento de pacientes com Covid-19, o Hospital Metropolitano (HM) abre nesta terça-feira (30) mais 70 leitos, sendo 10 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 60 clínicos.

Dessa forma, o HM chega ao total de 230 leitos dedicados ao tratamento de pacientes com o novo coronavírus. São 50 leitos de UTI e 180 clínicos, que vêm sendo ocupados de forma gradual, recebendo os pacientes que são regulados de unidades de saúde de todo o estado da Bahia.

Desde o início do funcionamento, em 20 de março, foram atendidos 159 pacientes no HM, sendo 47 internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Também foram realizadas, até o momento, 46 altas hospitalares.

Quando atingir a operação plena, o HM oferecerá 280 leitos, sendo 100 de UTI e 180 clínicos da Unidade de Assistência Respiratória e de enfermagem.

Fonte: Ascom/HM

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/03/21	



MEDO DE COMETER CRIME FISCAL FAZ EQUIPE DE GUEDES REVER ORÇAMENTO APROVADO NO CONGRESSO



admin 30 Março, 2021

Formalizar o Orçamento no desenho atual significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disseram integrantes do governo ouvidos pelo jornal Folha de S. Paulo. Por isso, o time do ministro da Economia, Paulo Guedes, procura uma forma de ajustar os números.

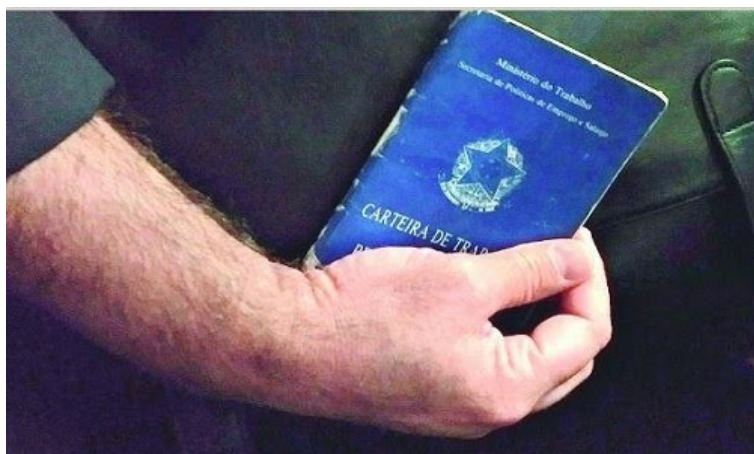
Nos bastidores, três formas para ajustar o Orçamento foram colocadas sobre a mesa. A votação de um projeto orçamentário completamente novo, o ajuste nos números pelo relator ou vetos a aumentos de despesas a serem feitos por Bolsonaro no ato da sanção.

As conversas prosseguem e dependem de refazer costuras com aliados.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/03/21	



NOVO PLANO DE REDUÇÃO DE JORNADA DEVE ATINGIR 4 MI DE TRABALHADORES



admin 30 Março, 2021

Com expectativa para ser renovado nas próximas semanas, o programa de proteção de manutenção e renda (BEM) custará cerca de R\$ 10 bilhões aos cofres públicos. A expectativa é que a nova rodada de acordos para redução de jornada e salário e/ou suspensão de contratos atinja 4 milhões de trabalhadores.

As informações são do secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Segundo ele, a reedição do programa deve ser lançada nos próximos dias, após definido o prazo de vigência e demais detalhes que ainda estão sendo avaliadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, junto ao Ministro da Economia, Paulo Guedes.

“O programa tende a ser exatamente igual ao do ano passado. O primeiro motivo é que o programa funcionou muito bem, então não queremos mexer. Também já temos sistema desenvolvido para esse programa e os empresários e empregados já se habituaram ao programa”, comentou.

Bianco ainda esclareceu que a demora para a renovação do programa se é em razão da avaliação de “vários” pontos fiscais. “Temos uma questão fiscal a ser avaliada, temos um orçamento recém votado, temos as questões relativas ao Teto e meta fiscal”, observou.

Ainda de acordo com o secretário, o governo está ponderando a utilização de crédito extraordinário para o programa. O recurso permitiria que as despesas com o programa não fossem submetidas às regras fiscais, como o Teto de Gastos.

Veículo: Política Livre	
Data: 31/03/2021	Caderno: Economia



Ireuda Silva sugere incentivos fiscais a empresas que ajudem a combater a violência contra a mulher

SALVADOR

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, vereadora Ireuda Silva (Republicanos), apresentou um projeto de indicação, na Câmara de Salvador, sugerindo que o presidente Jair Bolsonaro conceda incentivo fiscal às empresas que criem programas institucionais voltados ao combate à violência contra a mulher. A matéria também prevê o acolhimento de funcionárias que eventualmente sejam vítimas de agressões.

“As empresas podem contribuir efetivamente para diminuição dos casos de violência doméstica e familiar, através de ações preventivas e educativas com seus funcionários por intermédio de profissionais qualificados através de palestras educacionais, grupos terapêuticos, bate-papos reflexivos, campanhas, dentre outras medidas, com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre os atos que podem ensejar a violência doméstica e familiar, e suas consequências legais, além da abordagem de temas como machismo, desigualdade de gênero”, diz um trecho do projeto.

Também na matéria, a republicana defende que as empresas podem “incentivar as mulheres a denunciarem os agressores, além de encaminhar as mesmas para os serviços públicos competentes”.

Ireuda também apresentou projeto de indicação ao prefeito Bruno Reis sugerindo a criação do Abrigo Sigilo, um local seguro que ofereça moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica e familiar.

De acordo com a matéria, a iniciativa teria “como característica principal o sigilo de informações das usuárias que são acolhidas, a fim de impedir que

as mulheres sejam localizadas pelo autor da violência, e permitindo que ela permaneça nesse serviço por um período necessário para retomar o curso de sua vida”.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 31 de Março de 2021 - 10:19

Prefeitura de Salvador anuncia 11 medidas para retomada de atividades econômicas; veja quais

por Bruno Luiz / Ailma Teixeira

Com a proximidade da reabertura do comércio, a Prefeitura de Salvador anuncia, na manhã desta quarta-feira (31), um pacote com 11 medidas de estímulo à economia. Os esclarecimentos estão sendo feitos pelo prefeito Bruno Reis (DEM) neste momento, em coletiva de imprensa virtual.

As ações incluem:

- Adiantamento do pagamento do TFF que venceria no dia 30 de abril em três parcelas, com vencimento em 30/09, 30/10 e 30/11/2021. Todos os segmentos econômicos serão beneficiados;
- Isenção das taxas de vistoria no setor de mobilidade para táxi, mototáxi, veículos de turismo e transporte escolar. Mais de 9.600 pessoas devem ser beneficiadas;
- Renovação automática de alvarás de funcionamento, vigilância sanitária e ambientais que venceriam neste ano. Com exceção dos serviços essenciais, que mantiveram o funcionamento durante as medidas restritivas, todos os demais setores serão beneficiados;
- Adiantamento do pagamento do ISS dos autônomos, que deveria ser pago em abril, para setembro;
- Outorga onerosa com desconto de 50% para o setor construtivo;
- Prorrogação do prazo final de vigência para as certidões negativas de débito (CNDs). Todos os segmentos econômicos serão beneficiados;
- Reabertura para adesão ao IPTU Proturismo, que prevê desconto de 40%, para hotelaria, moteleria e hospedagem contemplada o programa;
- Início da aplicação da Política Municipal de Inovação com a nomeação do Conselho Municipal de Inovação. A medida beneficiará empresas de tecnologia;
- Ampliação da abrangência da Lei Revitalizar ISS, IPTU, ITIV e TRSD para toda a Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo e melhoria do prazo (a partir da emissão do alvará de construção). Os beneficiados serão investimentos imobiliários no Centro Histórico;
- Postergação para pagamento em parcela única do TVL (Termo de Viabilidade de Localização) no Programa Redesim (DAM único da Sedur e Sefaz). Todos os segmentos serão beneficiados;
- Redução de 50% na Taxa de Licença de Localização (TLL) para empresas de pequeno porte (EPP).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 31 de Março de 2021 - 09:59

Prefeitura vai oferecer R\$ 10 milhões em crédito para empreendedores de Salvador

por Bruno Luiz / Jade Coelho

Profissionais autônomos e liberais, cooperativados, cooperativas ou associações de pequenos empreendedores, MEIs e MEs de Salvador poderão aderir a um programa de crédito facilitado apresentado pela prefeitura nesta quarta-feira (31). Segundo a gestão, o projeto faz parte de uma série de medidas emergenciais para retomada econômica.

O Programa Cred Salvador contará com um fundo com R\$ 10 milhões para fornecer microcrédito desburocratizado, explicou o prefeito Bruno Reis (DEM).

A expectativa é de que 4,3 mil empreendedores sejam beneficiados. "Essas pessoas terão acesso a crédito fácil, sem as burocracias dos bancos fornecedores de crédito", disse Bruno.

O valor do crédito vai de R\$ 500 a R\$ 25 mil e o programa incluirá também capacitações dos beneficiados. O período de carência será de seis meses e os juros de até 0,7%. O prazo será de 12 a 24 meses em parcelas.

"É como se fosse um banco para oferecer apoio a quem mais precisa neste momento", justificou o prefeito.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 30 de Março de 2021 - 21:20

Bahia é 6º estado do país com mais empregos formais gerados em fevereiro



A Bahia gerou 18.993 postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro, o que coloca o estado na sexta colocação no quesito na comparação com outras unidades da federação. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados nesta terça-feira (30) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Segundo o levantamento, foram criados 18.993 postos de trabalho, resultado que decorre da diferença entre 60.982 admissões e 41.989 desligamentos. Desta forma, a Bahia ficou atrás de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“Os números mostram um aumento no ritmo de crescimento das contratações formais em 2021. Com esse saldo mensal, a Bahia lidera a geração de empregos no Nordeste, representando 46,5% do total de empregos criados na região em fevereiro”, destaca o secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), Davidson Magalhães.

“Vale ressaltar que a Bahia vem gerando saldo positivo na geração de emprego formal desde julho de 2020 e no acumulado deste ano de 2021 também lideramos a criação de novos postos de trabalho com carteira assinada no Nordeste, com saldo positivo de 33.281 postos, apesar do contexto sanitário mundial atípico, da pandemia da Covid-19”, explica o secretário estadual do Planejamento (Seplan), Walter Pinheiro.

O saldo de fevereiro de 2021 ultrapassou, também, o resultado de janeiro, quando 15.049 postos de trabalho foram criados, sem as declarações fora do prazo. Todos os setores geraram postos no mês de fevereiro de 2021: Indústria geral (+4.276 postos), Informação, comunicação e outras atividades (+4.023 postos), Comércio (+3.871 postos), Construção (+2.813 postos), Administração pública (+1.954 postos), Alojamento e alimentação (+852 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+522 postos), Transporte, armazenagem e correio (+396 postos), Outros serviços (+284 postos) e Serviços domésticos (+2 postos).

Avaliando-se os dados referentes aos saldos de empregos distribuídos no estado, em fevereiro de 2021, constata-se ganho de emprego na RMS e no interior. De forma mais precisa, na RMS foram criados 8.226 postos de trabalho no segundo mês do ano e no interior foram geradas 10.767 posições celetistas. Quanto ao saldo de emprego acumulado no ano de 2021, enfatiza-se a abertura de postos de trabalho com carteira assinada na RMS (+12.163 postos) e criação de posições celetistas no interior (+21.118 postos).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 30 de Março de 2021 - 20:40

Ipea projeta crescimento de 3% do PIB em 2021

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou que projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto em 2021. O estudo desta terça-feira (30), tem queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com ajuste sazonal

“Além do impacto da pandemia e do endurecimento das medidas de isolamento social por parte de governos estaduais e municipais sobre o ritmo da economia, as previsões para 2021 também levam em conta as incertezas quanto à capacidade de se promover os ajustes nas contas públicas necessários para uma trajetória fiscal equilibrada”, disse o Ipea, de acordo com a Agência Brasil.

Segundo o estudo, outro fator de risco é a aceleração inflacionária, refletindo a alta nos preços administrados acima do esperado no início deste ano e a desvalorização cambial, com impactos principalmente nos preços dos alimentos e dos bens industriais.

A análise da conjuntura econômica brasileira também aponta que o segundo semestre do ano deve ser marcado pela retomada do crescimento do PIB e pelo aumento da confiança de consumidores e empresários a partir do avanço da cobertura vacinal contra a covid-19. “As hipóteses cruciais desse cenário são que as questões associadas a? pandemia ja? estejam sob controle e que seja possível conter as atuais incertezas fiscais”, disse o instituto.

Para 2022, a projeção é de crescimento de 2,8% do PIB, em um cenário de manutenção da retomada da atividade econômica esperada para o segundo semestre deste ano. Embora o crescimento projetado para 2022 seja um pouco menor que o de 2021, o esforço de crescimento ao longo do ano que vem seria maior, pois a base de comparação - o PIB de 2021- é significativamente maior, segundo o Ipea.

O instituto espera que a atual trajetória de alta dos preços internacionais das commodities contribua positivamente para a retomada da economia brasileira, mas, ao mesmo tempo, essa alta pressiona a inflação. A estimativa do Ipea para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 é de 4,6% de variação. Para 2022, no contexto de uma política monetária mais apertada e sob a hipótese de que as atuais incertezas fiscais sejam controladas, o IPCA deve variar 3,4%.

Veículo: Bocão News	
Data: 30/03/21	



Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB em 2020

30 de Março de 2021 às 17:28 Por: Marcelo Camargo/Agência Brasil Por: Redação BNews

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) caiu para 31,64% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, divulgou hoje (30) o Tesouro Nacional. Em 2019, o mesmo indicador tinha atingido 32,51%, diferença de 0,87 ponto percentual.

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a contração da atividade econômica decorrente da pandemia de covid-19. Com a queda na produção e no consumo, menos pessoas pagam impostos. Isso pode ser explicado pelo recuo de 0,55 ponto percentual do PIB na arrecadação de tributos sobre bens e serviços.

O segundo fator foi a isenção de vários tributos durante a pandemia. Somente a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito, que vigorou de abril a dezembro do ano passado, respondeu por uma redução de 0,26 ponto percentual do PIB.

Outros tributos com destaque na redução da carga tributária foram o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com impacto negativo de 0,34 ponto percentual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios, com recuo de 0,06 ponto percentual. Os dois tributos são ligados ao consumo e refletem a queda nas vendas.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Isso é necessário porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República e a Receita Federal só divulga os dados oficiais de carga tributária no segundo semestre.

PEC Emergencial

O Tesouro também apresentou uma estimativa do impacto da Proposta de Emenda à Constituição Emergencial (PEC Emergencial) sobre a evolução da dívida pública. Segundo o órgão, a Dívida Bruta do Governo Geral, indicador do Banco Central que reúne a dívida da União, de estados e de municípios, deverá cair de 88,8% em 2020 para 88,1% neste ano e chegar a 2030 em 83,3% no cenário base e em 72,5% no cenário otimista.

O cenário base, informou o Tesouro, contempla a não renovação de incentivos fiscais que perdem a validade em 2030 e o cenário otimista, a redução pela metade desses benefícios.

Aprovada no início do mês pelo Congresso, a PEC Emergencial permitiu o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial, no total de R\$ 44 bilhões, condicionada a medidas de corte de gastos obrigatórios. Entre as medidas, estão gatilhos de congelamento de salário do serviço público a partir de 2025, a apresentação de um plano de corte de incentivos fiscais nos próximos seis meses e a previsão de uma lei complementar para regulamentar a sustentabilidade da dívida pública.

Veículo: Bocão News	
Data: 30/03/21	



Déficit primário em fevereiro cai em relação ao do ano passado



30 de Março de 2021 às 16:17 Por:

Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil

O aumento da arrecadação e o atraso na aprovação do Orçamento deste ano ajudaram o governo a registrar déficit primário menor em fevereiro. No mês passado, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve déficit de R\$ 21,217 bilhões, contra resultado negativo de R\$ 25,858 bilhões no mesmo mês de 2020, divulgou hoje (30) o Tesouro Nacional.

Considerando a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o déficit em fevereiro caiu 22% na comparação com fevereiro do ano passado. O resultado veio melhor que a estimativa do mercado. Segundo o Prisma Fiscal, pesquisa divulgada todo mês pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras previam que as contas do Governo Central obteriam resultado negativo de R\$ 27,6 bilhões no mês passado.

Apesar do déficit em fevereiro, o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 22,356 bilhões nos dois primeiros meses do ano. Isso porque janeiro tinha registrado resultado positivo de R\$ 43,219 bilhões. O Orçamento Geral da União deste ano estipula meta de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central em 2021.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. Em relação ao primeiro bimestre do ano passado, o resultado indica melhora. Em janeiro e fevereiro de 2020, o Governo Central tinha registrado déficit primário de R\$ 18,275 bilhões.

Receitas e despesas

Do lado das receitas, o resultado acumulado até fevereiro foi influenciado pelo crescimento de 2,3% acima da inflação em relação aos dois primeiros meses do ano passado. A principal influência do lado da arrecadação foi o aumento de 4,9% acima da inflação nas receitas administradas, refletindo a recuperação da atividade econômica no início do ano, antes do agravamento da pandemia de covid-19.

Nos dois primeiros meses do ano, as despesas subiram apenas 1% acima da inflação. Segundo o Tesouro Nacional, a não aprovação do Orçamento e o corte temporário de um terço dos gastos discricionários (não obrigatórios) contribuíram para o crescimento menor que o previsto dos gastos no início do ano.

O congelamento dos salários dos servidores públicos até o fim de 2021, em virtude da pandemia de covid-19, também contribuiu para o baixo crescimento dos gastos federais. Nos dois primeiros meses do ano, as despesas com pessoal caíram 3,2% em relação ao mesmo período de 2020, considerando o IPCA.

Em contrapartida, os investimentos (obras e compras de equipamentos) iniciaram o ano em forte baixa por causa do atraso da aprovação do orçamento e do crescimento de outros gastos obrigatórios. Em janeiro e fevereiro, o Governo Central investiu R\$ 1,825 bilhão, recuo de 55% descontada a inflação em relação aos R\$ 4,052 bilhões registrados no mesmo período de 2020.

Veículo: Metro1	
Data: 30/03/21	



Economia

Parcela de famílias endividadadas volta a crescer, diz CNC

No levantamento, a fatia de famílias endividadadas ficou em 67,3%, acima de 66,7% em fevereiro



Foto : Marcello Casal Jr / Agência

Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 30 de Março de 2021 - 14:20

A parcela de famílias endividadas em março atingiu o segundo maior patamar em 11 anos, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que anunciou hoje (30) a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) do mês.

No levantamento, a fatia de famílias endividadas ficou em 67,3%, acima de 66,7% em fevereiro, e superior a de março de 2020 (66,2%).

Segundo a entidade, a parcela é a segunda maior proporção da série histórica do índice, iniciado em janeiro de 2010, abaixo apenas do percentual apurado em agosto de 2020 (67,5%).

Veículo: Metro1	
Data: 30/03/21	



Economia

Brasil cria 401 mil vagas de emprego formal em fevereiro, aponta Caged

Esse é o melhor número para fevereiro em 30 anos



Foto : Marcello Casal/Agência Brasil

Por **Geovana Oliveira** no dia 30 de Março de 2021 - 20:00

O Brasil gerou 401.639 empregos formais, com carteira assinada, em fevereiro deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados hoje (30) pelo Ministério da Economia.

Foram 1,694 milhão admissões e 1,292 milhão demissões no último mês. De acordo com o Ministério da Economia, esse é o melhor número para fevereiro da série histórica, iniciada há 30 anos em 1992.

No total dos dois primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 659.780 vagas. No primeiro bimestre do ano passado, foram criados 277.517 postos formais.

Veículo: Política Livre	
Data: 31/03/2021	Caderno: Economia



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

A proposta eleva de 35% para 40% a margem consignável 31 de março de 2021 | 08:34

Bolsonaro sanciona aumento para 40% da margem para contratar empréstimo consignado

ECONOMIA

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou nesta segunda-feira (30) lei que aumenta até o fim do ano a margem para contratação de empréstimos consignados por aposentados, pensionistas, servidores públicos e empregados da iniciativa privada.

A proposta eleva de 35% para 40% a margem consignável, até o dia 31 de dezembro, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Esta lei, cuja sanção foi publicada no “Diário Oficial da União” desta quarta-feira (31), é decorrente de uma medida provisória aprovada pela Câmara e pelo Senado no início de março, às vésperas de o texto perder sua validade.

A lei já está em vigor e aumenta de 35% para 40% a margem consignável, com 5% destinados para operações com cartão de crédito —amortização de dívidas por esse meio ou para utilização com saques no cartão.

Após 31 de dezembro de 2021, o percentual máximo volta a ser de 35%.

O texto também prevê que, a partir de 1º de janeiro de 2021, se ultrapassado o limite previsto anteriormente de 35%, fica mantido o limite de 40% para as operações já contratadas e vedada a contratação de novas operações.

O crédito consignado apresenta um risco menor de inadimplência, por ser descontado do contracheque do interessado em contrair o empréstimo. Por

isso, as taxas dessa linha são mais baixas, quando comparadas com outros tipos de empréstimos.

De acordo com o texto sancionado, a possibilidade de aumento da margem consignável pode ser ampliada para servidores de uma maneira geral. São mencionados militares da ativa, da reserva, servidores públicos de qualquer ente da federação, ativos e inativos, empregados da administração direta e pensionados de servidores e de militares.

Os bancos e instituições financeiras poderão suspender por até 120 dias o pagamento de parcelas de contratos novos e antigos, mantendo os juros do empréstimo. Caberá a cada instituição adotar ou não essa carência.

O texto também estabelece que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) fica autorizado até o último dia do ano a conceder o benefício do auxílio-doença, mediante apresentação pelo requerente de atestado médico e de documentos complementares que comprovem a doença informada no atestado como causa da incapacidade.

Daniel Carvalho/Folhapress

Veículo: G1	
Data: 31/03/21	



Contas públicas têm rombo de R\$ 11,77 bi em fevereiro e dívida sobe para 90% do PIB, novo recorde

Números foram divulgados nesta quarta (31) pelo Banco Central. Rombo só não foi maior em fevereiro porque estados e municípios registraram superávit em suas contas.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

31/03/2021 10h00 Atualizado há 32 segundos

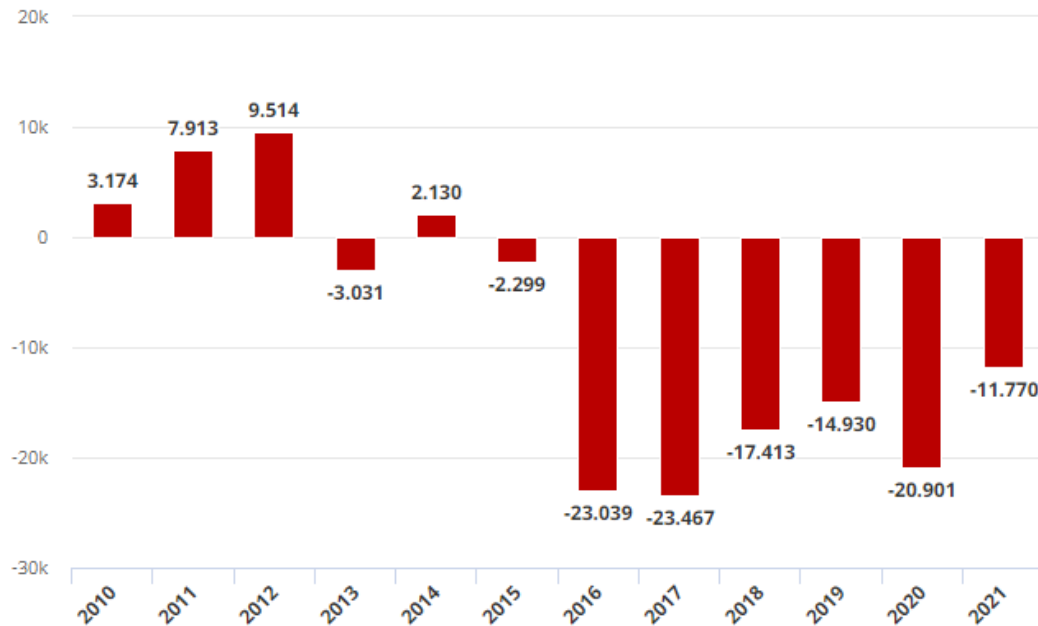
As contas do setor público consolidado registraram déficit primário de R\$ 11,770 bilhões em fevereiro, informou o Banco Central nesta quarta-feira (31). Os dados englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

Isso significa que, no período, as despesas superaram a arrecadação com impostos e contribuições do setor público. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

Apesar de negativo, resultado é melhor que o registrado em fevereiro do ano passado, quando o déficit foi de R\$ 20,901 bilhões. Este também foi o melhor resultado para meses de fevereiro desde 2015, ou seja, em seis anos.

Contas do Setor Público

Em R\$ bilhões, para meses de fevereiro



Fonte: Banco Central

No mês passado, ainda de acordo com o BC:

- o governo federal respondeu por um déficit primário de R\$ 22,508 bilhões;
- os estados e municípios apresentaram um resultado positivo (superávit) de R\$ 10,526 bilhões;
- as empresas estatais registraram um superávit primário de R\$ 212 milhões.

Parcial do ano e meta fiscal

No acumulado do primeiro bimestre deste ano, ainda segundo o BC, as contas públicas registraram um superávit primário de R\$ 46,605 bilhões. O saldo positivo se deve ao **bom resultado de janeiro**.

Com isso, houve melhora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo somou R\$ 35,375 bilhões.

Para este ano, o setor público está autorizado a registrar déficit primário de até R\$ 250,89 bilhões.

Em todo o ano passado, por influência da pandemia de Covid-19, **o resultado negativo bateu recorde ao somar R\$ 702,9 bilhões**.

Após despesas com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional – houve déficit de R\$ 40,966 bilhões nas contas do setor público em fevereiro.

Já em 12 meses até fevereiro deste ano, o resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 1,008 trilhão, o equivalente a 13,45% do PIB – valor alto para padrões internacionais e economias emergentes.

Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto do déficit primário elevado, das atuações do BC no câmbio, e dos juros básicos da economia (Selic) fixados pela instituição para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 2,75% ao ano.

Segundo o BC, as despesas com juros nominais somaram R\$ 29,197 bilhões no mês passado e R\$ 316,460 bilhões em 12 meses até fevereiro de 2021 (4,22% do PIB).

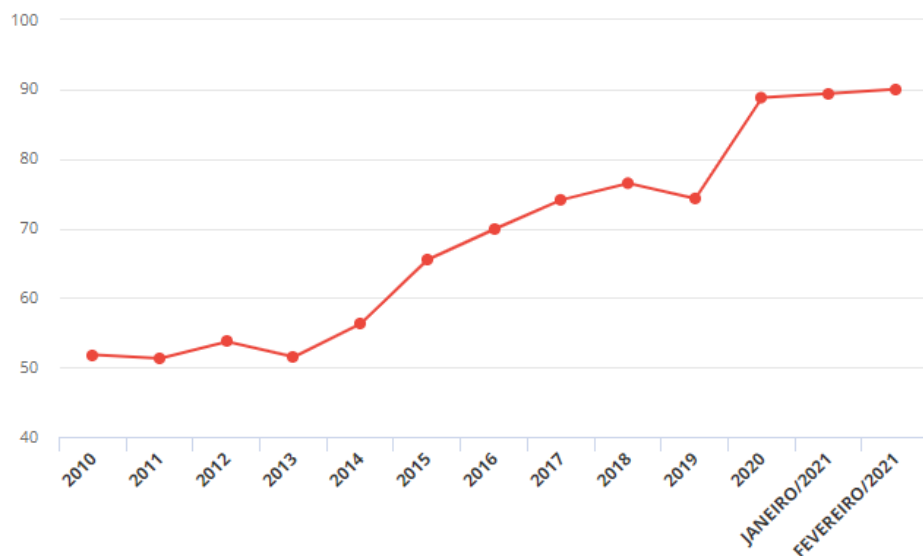
Dívida bruta

A dívida bruta do setor público brasileiro, indicador que também é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco, subiu novamente em fevereiro e bateu novo recorde.

Em dezembro do ano passado, a dívida estava em 88,8% do PIB (valor revisado), somando R\$ 6,61 trilhões. Em janeiro deste ano, atingiu 89,4% do PIB, o equivalente a R\$ 6,67 trilhões, e em fevereiro subiu para 90% do PIB (R\$ 6,74 bilhões), informou o Banco Central.

DÍVIDA BRUTA DO BRASIL (% DO PIB)

**DÍVIDA COMEÇOU A SUBIR COM MAIS INTENSIDADE COM ROMBO
NAS CONTAS PÚBLICAS**



O Tesouro Nacional tem avaliado que a dívida pública brasileira, em 90% do PIB, está "muito acima" da média dos países emergentes, que é de 62% do PIB. A instituição tem pedido continuidade do ajuste das contas públicas, com manutenção do teto de gastos, que limita a maior parte das despesas à variação da inflação do ano anterior.

Veículo: G1	
Data: 31/03/21	



Desemprego fica em 14,2% no trimestre terminado em janeiro e atinge recorde de 14,3 milhões de pessoas

Trata-se do maior número já registrado pela série histórica do IBGE, iniciada em 2012. Em 1 ano, número de desempregados teve acréscimo de 2,4 milhões de brasileiros.

Por Darlan Alvarenga, G1

31/03/2021 09h00 Atualizado há 2 minutos

O desemprego no Brasil ficou em 14,2% no trimestre encerrado em janeiro, segundo divulgou nesta quarta-feira (31) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se da maior taxa da série histórica já registrada para o período.

Já número de pessoas desempregadas atingiu o patamar recorde de 14,3 milhões, contra 11,9 milhões de pessoas há 1 ano. O maior contingente de brasileiros desocupados até então tinha o registrado no trimestre encerrado em março de 2017 (14,1 milhões).

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). No **levantamento anterior, referente ao trimestre encerrado em dezembro**, a taxa de desemprego estava em 13,9%, com 13,9 milhões de desempregados.

Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre



Fonte: IBGE

Evolução da taxa de desemprego — Foto: Economia G1

Na comparação com o trimestre anterior, de agosto a outubro de 2020 (14,3%), o IBGE considerou que a taxa de desemprego ficou estatisticamente estável. Já em relação ao mesmo trimestre móvel de 2020 (11,2%), a alta foi de 3 pontos percentuais.

"Embora a taxa de desocupação tenha ficado estável em 14,2% frente ao trimestre anterior, é a mais alta para um trimestre até janeiro", destacou o IBGE.

A maior até então para o período de novembro a janeiro, na série iniciada em 2012, tinha sido a de 2017 (12,6%).

Em 1 ano, aumento de 2,4 milhões de desempregados

Na avaliação do IBGE, o contingente de 14,3 milhões de desempregados ficou estável frente ao trimestre de agosto a outubro de 2020 (14,1 milhões de pessoas). Em 1 ano, porém, houve alta de 19,8% (mais 2,4 milhões de pessoas) no número de desocupados no país.

O IBGE considera como desempregado apenas os trabalhadores que efetivamente procuraram emprego nos últimos 30 dias anteriores à realização da pesquisa.

- **Trabalhador com baixa escolaridade deve ser o mais afetado no pós-pandemia, aponta estudo**
- **Com agravamento da pandemia, confiança empresarial sofre forte queda em março**
- **País cria 401 mil vagas de emprego formal em fevereiro**

Número de ocupados no Brasil tem leve alta

Já o contingente de pessoas ocupadas aumentou 2% e chegou a 86 milhões. Isso representa 1,7 milhão de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre encerrado em outubro.

A população ocupada, no entanto, ficou 8,6% abaixo da registrada há 1 ano (8,1 milhões de pessoas a menos).

Já o nível de ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, ficou em 48,7%. Ou seja, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país.

“Apesar de perder força em relação ao crescimento observado no trimestre encerrado em outubro, a expansão de 2% na população ocupada é a maior para um trimestre encerrado em janeiro. Esse crescimento ainda tem influência do fim de ano, já que novembro e dezembro foram meses de crescimentos importantes”, afirmou a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

Trabalho informal x formal

Segundo o IBGE, a maior parte do aumento na ocupação veio do trabalho informal, com os seguintes destaques:

- número de empregados sem carteira assinada subiu 3,6% em relação ao trimestre anterior, o que representa um aumento de 339 mil pessoas;
- contingente de trabalhadores por conta própria sem CNPJ aumentou em 4,8% no mesmo período, totalizando 826 mil pessoas a mais;
- Trabalhadores domésticos sem carteira somaram 3,6 milhões de pessoas, com crescimento de 5,2% frente ao trimestre anterior.

Já número de empregados com carteira de trabalho assinada somou 29,8 milhões de pessoas, com estabilidade frente ao trimestre anterior e queda de 11,6% frente ao mesmo período de 2020. Em 1 anos, são 3,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada a menos no setor privado, segundo o IBGE.

A taxa de informalidade ficou em 39,7% da população ocupada, reunindo um total de 34,1 milhões de trabalhadores informais. No trimestre anterior, a taxa havia sido 38,8% e no mesmo trimestre de 2020, 40,7%.

Falta de trabalho atinge 32,4 milhões de brasileiros

Número de subutilizados chegou a 32,4 milhões, ficando estatisticamente estável frente ao trimestre anterior, mas com alta de 22,7% (mais 6 milhões de pessoas) em relação a igual trimestre de 2020. Dentre eles, 5,9 milhões desistiram de procurar uma oportunidade no mercado de trabalho, os chamados desalentados. O contingente classificado pelo IBGE como trabalhadores subutilizados reúne, além dos desempregados, os desalentados, aqueles que estão subocupados (trabalham menos de 40 horas semanais), e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

A taxa de subutilização ficou em 29%, contra 29,5% no trimestre de agosto a outubro de 2020 e de 23,2% no mesmo trimestre de 2020.

Serviços domésticos e agricultura são destaques

Variação do número de vagas, por ramo de atividade — Foto: Economia G1

Dos 10 grupamentos de atividades pesquisadas, o IBGE avaliou que apenas 3 tiveram variação acima da estabilidade estatística no número de ocupados no trimestre encerrado em janeiro, na comparação com o trimestre anterior:

- **Serviços domésticos:** aumento de 4,8% no número de ocupados ou 228 mil pessoas a mais no mercado
- **Agricultura:** alta de 2,7%, ou mais 225 mil pessoas
- **Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas:** aumento de 3,1%, ou mais 313 mil pessoas

Renda média cai

Com um maior número de trabalhadores informais ocupados, o rendimento médio habitualmente recebido caiu 2,9% frente ao trimestre encerrado em outubro de 2020 e foi estimado em R\$ 2.521.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve estabilidade.

A massa de rendimento real habitual ficou estável na comparação com o trimestre anterior, sendo estimada em R\$ 211,4 bilhões. Já na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a queda de 6,9% representa uma redução de R\$ 15,7 bilhões.

Perspectivas

Indicadores antecedentes têm mostrado uma queda no ritmo da atividade econômica e da confiança de empresários e consumidores neste começo de ano em meio ao agravamento da pandemia.

Mesmo com a **reação do emprego formal nos últimos meses**, economistas avaliam que uma **melhora mais consistente do mercado de trabalho só deverá ser observada no segundo semestre**, a depender também do avanço da vacinação e da redução das incertezas econômicas.

A média das projeções do mercado para o crescimento do PIB em 2021 tem sido revisada para baixo e **está atualmente em 3,18%**, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central.

mercado



O ministro da Economia, Paulo Guedes; no ano passado, pasta perdêra secretários frustrados com falta de avanço na agenda liberal. Pedro Ladeira - 29.mar.21/Folhapress



Subestimar
despesa leva a
retrocesso nas
contas públicas,
diz Tesouro

Bernardo Caram

BRASÍLIA Após o Congresso aprovar um Orçamento classificado como fictício e inexecutável para 2021, o Tesouro Nacional informou nesta terça-feira (30) que subestimar despesas sem justificativa técnica deteriora a transparência do gasto público e o alcance das regras fiscais, o que pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas do governo.

O recado do órgão responsável pela administração dos recursos federais foi apresentado em documento que acompanha a divulgação do resultado das contas públicas de fevereiro. No mês passado, o governo federal registrou déficit fiscal de R\$ 21,2 bilhões.

Em decisão que gerou críticas de especialistas e técnicos, o Congresso aprovou na última semana o Orçamento de 2021 após fazer uma manobra para cortar artificialmente despesas obrigatórias, como gastos com Previdência, e ampliar gastos com emendas parlamentares.

"A subestimativa de despesas obrigatórias sem justificativa técnica robusta deteriora a transparência da utilização dos recursos públicos, bem como o alcance das regras fiscais. Esse recurso pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas públicas, justamente no momento em que o país precisa fortalecer as regras existentes", informou o Tesouro.

O órgão defendeu a preservação do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo. A avaliação é que a norma permite uma consolidação fiscal no médio prazo, sem a necessidade de cortes abruptos ou aumento de impostos.

Para que o teto seja mantido, o Tesouro afirma que será necessário recompor os gastos obrigatórios subestimados e cortar emendas — despesas indicadas por parlamentares para obras em suas bases eleitorais. O órgão argumenta que o corte precisa ser feito nessa conta porque eventual redução das despesas discricionárias, que incluem gastos administrativos e de custeio, poderia levar à paralisação em atividades essenciais do Estado.

No relatório desta terça, o Tesouro mostrou que o rombo de R\$ 21,2 bilhões em fevereiro é melhor do que o déficit de R\$ 25,8 bilhões observado no mesmo mês do ano passado, quando ainda não havia efeito do coronavírus.

O dado do mês também foi melhor do que o esperado pelo mercado. Pesquisa do Prisma Fiscal do Ministério da Economia projetava um déficit de R\$ 27,6 bilhões no mês.

Parte do desempenho foi explicada por uma arrecadação extraordinária de Imposto de Renda e contribuição sobre o lucro de empresas, o que ampliou os ganhos em R\$ 5 bilhões. Como o Orçamento operando de forma limitada enquanto as contas não são sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), houve queda de R\$ 2,6 bilhões nos gastos discricionários.

No acumulado do primeiro bimestre do ano, as contas do governo federal operam em superávit de R\$ 22,4 bilhões, acima dos R\$ 18,3 bilhões do mesmo período de 2020.

Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada

Para Ministério da Economia, sancionar texto como aprovado será crime de responsabilidade

Bernardo Caram, Thiago Resende e Fábio Puppo

BRASÍLIA As ameaças ao teto de gastos criaram um ambiente de revolta dentro do Ministério da Economia. Membros da cúpula da pasta sinalizaram que, se a regra de limitação de despesas for quebrada, poderão deixar os cargos em razão das manobras no Orçamento de 2021.

O movimento poderia ser maior do que a debandada no time do ministro Paulo Guedes (Economia) em agosto de 2020 diante da dificuldade de avanço da agenda liberal no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Na época, por causa da falta de apoio político, os ex-secretários especiais Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) deixaram os cargos ao mesmo tempo.

Ainda surpresas com as recentes trocas feitas por Bolsonaro em ministérios, membros da área econômica ouvidos pela afirmam que, se não houver solução para o impasse do Orçamento, que deixa a regra do teto em risco, haverá vagas disponíveis no Ministério da Economia.

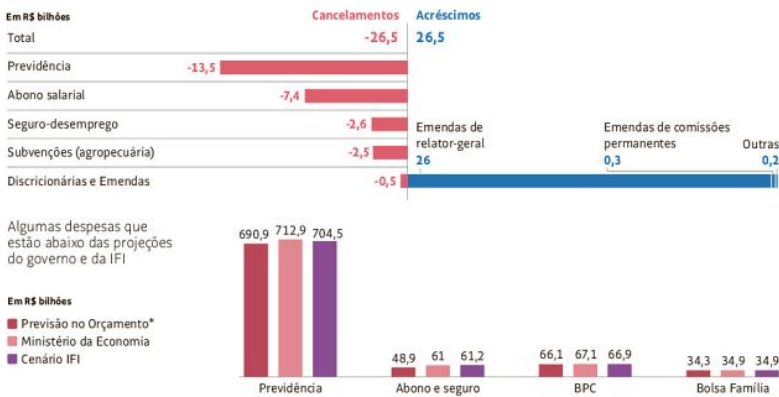
De acordo com um auxiliar de Guedes, o ministro deu o recado a colegas e a Bolsonaro, a quem caberá a decisão final no governo sobre como o problema no Orçamento será resolvido.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, para o teto de gastos não ser rompido, será preciso ser feito um corte de despesas que pode paralisar a máquina pública.

A solução, então, é que parlamentares e ministros da área de infraestrutura e obras concordem em desistir de alguns projetos, abrindo espaço no Orçamento para os gastos obrigatórios, que estão abaixo do patamar mínimo.

A análise do ministério sobre as possíveis soluções para o impasse envolve, principalmente, os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, de Orçamento, George Soares, e do Tesouro, Bruno Funchal, além de Guedes.

Congresso cancela despesas no Orçamento de 2021 e abre espaço para emendas



*Autógrafo (documento oficial com o texto da norma aprovada) calculado pela IFI com base em dados da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. Fonte: IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal

Algumas despesas que estão abaixo das projeções do governo e da IFI

A própria equipe econômica vê risco ao assinar o texto, caso seja sancionado da forma aprovada pelo Congresso. Para integrantes do governo ouvidos pela Folha, formalizar o Orçamento no desenho atual significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação na pasta é que o presidente estará se colocando em risco se não alcançar um acordo para corrigir o Orçamento. Para uma pessoa próxima a Guedes, a atual versão do texto inviabilizaria o funcionamento do governo nos próximos meses, deixando o presidente em posição vulnerável em relação aos parlamentares, que poderiam cobrar uma futura mais alta no futuro para tirá-lo de eventual risco de impeachment.

Diante das dificuldades, servidores do ministério também temem assinar documentos e atos da pasta que possam gerar punições no levantamento dos problemas que levaram ao imbrólio e cobrar informações da Casa Civil ou do Ministério da Economia.

De acordo com relatos de integrantes do TCU feitos à Folha, o tribunal deve fazer um levantamento dos problemas que levaram ao imbrólio e cobrar informações da Casa Civil ou do Ministério da Economia.

Mesmo que não haja uma posição conclusiva, o órgão deve emitir um posicionamento "suficientemente duro" sobre o tema.

O caso será objeto de análise preliminar na unidade técnica do tribunal. Conforme integrantes do TCU, a área pode concluir em parecer que há crime de responsabilidade

de Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso. Com o objetivo de preservar a equipe, a ordem na pasta é não entrar em confronto com o Congresso. Um exemplo usado internamente é o de Ernesto Araújo, que entrou em um embate público com parlamentares e acabou forçado a pedir demissão.

Guedes fez um pedido à classe política nesta terça-feira (30) para ajustar o Orçamento e para que não haja uma desorganização da economia.

"Nosso apelo final é que os acordos políticos têm que caber nos orçamentos públicos. A essência da política é fazer alocação dos recursos. [com] nosso compromisso com a saúde e a responsabilidade fiscal", afirmou ao participar da divulgação de dados do mercado de trabalho.

Em citar nomes, o ministro atribuiu os problemas vistos no Orçamento a uma falha de comunicação entre os envolvidos. Ele disse haver espaço para usar mais recursos públicos neste ano, mas desde que diretamente para o combate à Covid ou seus efeitos e com valor definido para cada programa.

Na semana passada, o Congresso aprovou o Orçamento após um corte em despesas

obrigatórias, como a verba para aposentadorias e pensões, que passou a ficar subestimada na previsão de gastos de 2021.

A manobra, que teve o aval de aliados de Bolsonaro, foi para abrir espaço no Orçamento para mais emendas parlamentares — forma de um congressista colocar sua digital numa verba para projetos na base eleitoral, especialmente obras.

Ao turbinar emendas e reduzir os recursos para despesas obrigatórias (que não podem ser adiadas), o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável e põe em risco a regra do teto.

O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas cresçam acima da inflação.

O contingenciamento orçamentário, que pode se aproximar de R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Leia mais nas pág. A16 e A17

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Caça talentos

A aceleração das aberturas de capital no início deste ano acirrou a disputa por executivos com experiência no assunto. Os mais demandados, segundo consultorias de recrutamento, são os diretores das áreas de relações com investidores e de finanças. Segundo Lucas Papa, da Michael Page, como houve poucos IPOs nos anos anteriores, os profissionais que já vivenciaram o processo são escassos no mercado. E, em geral, já estão bem empregados, sem interesse de sair.

VAGA Giovana Cervi, sócia da Signium, diz que a exigência para a contratação de um profissional de relações com investidores é alta, porque o executivo precisa unir conhecimento técnico de finanças e habilidade de comunicação para apresentar a empresa.

CORRIDA "Se essa onda de IPO seguir, pode ser que haja problema de falta de profissionais no mercado", afirma Cervi.

URNA ELETRÔNICA As trocas de ministérios e as renúncias nas Forças Armadas são vistas por diretores de grandes empresas como um ingrediente que precisa ser colocado no contexto das crises econômica e sanitária. Segundo o diretor de uma multinacional cética com a realidade brasileira, ou o governo se reinventa ou não tem reeleição.

VALSA Para ele, a análise sobre a dança das cadeiras desta semana vai além do sinal de força do centrão sobre Bolsonaro e da tensão dos militares, porque o pano de fundo é a escalada brutal da pandemia, cuja responsabilidade ninguém quer assumir, somada a taxa de juros, inflação e desemprego, com Lula no horizonte de 2022.

BANQUÇA O executivo afirma que a visibilidade da liderança do ministro Paulo Guedes desapareceu, e, daqui a pouco, ninguém mais arruma essa casa. Nesta terça-feira (30), o Ipea revisou de 4% para 3% as projeções de crescimento do PIB em 2021. E ainda estamos apenas no primeiro trimestre do ano.

CARTEIRA DE TRABALHO Enquanto isso, presidentes de grandes e pequenas empresas brasileiras estão esperando a reedição do programa de manutenção do emprego, para poder suspender os contratos, cortar jornadas e salários dos funcionários.

PACIÊNCIA Diante de tanta notícia nesta semana, um grupo de representantes do empresário com bom trânsito no governo Bolsonaro resolveu esperar até segunda-feira (5) para voltar a se reunir e começar a organizar uma nova mensagem, na tentativa de mostrar sua insatisfação.

DIREÇÃO A montadora sueca Volvo anunciou que vai igualar o período de licença paternidade e maternidade, oferecendo o benefício por até seis meses para todos os 40 mil funcionários. O recurso, que garante 80% do salário, poderá ser solicitado após um ano de trabalho na companhia.

MÃO DUPLA Em nota, o presidente da montadora, Håkan Samuelsson, afirmou que, quando os pais e as mães são incentivados a equilibrar as demandas da casa e do trabalho, as desigualdades de gênero se reduzem e todos podem avançar na carreira.

ESTRADA Em uma versão piloto do programa realizada a partir de 2019, 46% das solicitações de licença vieram de pais, de acordo com a Volvo. A política se aplica também aos casos de adoção em casais homoafetivos.

QUEM TEM FOME Edu Lyra, presidente da ONG Gerando Falcões, está na corrida nesta semana para impulsionar a arrecadação de cestas básicas para o esforço de combate à crise social da pandemia.

TEM PRESSÃO Ele diz ter sido desafiado pelo empresário Jorge Paulo Lemann a mobilizar R\$ 500 mil em doações até sábado (3). Se conseguir, o bilionário vai colocar mais R\$ 500 mil na campanha de combate à fome. Lyra tem dito que a generosidade estava ficando sem oxigênio nos últimos meses, a despeito da piora da crise. Voltou agora, mas não com a intensidade que foi vista em 2020, diz ele.

ZÉ GOTINHA Superou o número de doses de vacina contra a Covid-19 aplicadas nos 21 espaços com atendimento da Raia Drogasil, que tem feito parcerias com prefeituras para ajudar na imunização desde 15 de março, segundo a empresa.

BALCÃO Aproximadamente 12,5 mil vacinas foram aplicadas em 17 lojas de São Paulo. A rede farmacêutica planeja levar o atendimento a outras 12 unidades na cidade em abril. Em Porto Alegre, a meta é adicionar mais quatro espaços. A vacinação é gratuita pelas prefeituras.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência março
Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 abr.

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado
Alíquota 7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	7,5	142,80
De 1.903,99 até 2.826,64	15	354,80
De 2.826,65 até 3.751,05	22,5	636,13
De 3.751,06 até 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

R\$ 1.252,48	Valor, em R\$
Empregado	96,22
Empregador	250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 9%, para o empregador, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Em novo embate, Guedes quer reduzir verba de Marinho após emendas

Ministro do Desenvolvimento Regional se reuniu com relator do Orçamento às vésperas da votação do projeto de Orçamento

Thiago Resende, Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA Membros da equipe econômica atribuem ao ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) parte da articulação que inflou as emendas parlamentares no Orçamento de 2021.

A verba destinada ao ministro subiu de R\$ 6,4 bilhões, na versão original do governo enviada em agosto do ano passado, para quase R\$ 21 bilhões na versão final, aprovada pelo Congresso. Foi a pasta que mais ganhou espaço durante as negociações políticas envolvendo o Orçamento.

Marinho se reuniu com o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), no dia 22 de março, pouco antes do início do processo de votação do projeto de despesas de 2021 no Congresso.

A interpretação de membros da equipe econômica é que Marinho correu por fora, fazendo acordos políticos com parlamentares, contribuindo para atentar contra o próprio Orçamento tradicional e o teto de gastos.

A visão é que isso fere a própria força da intermediação política do governo, já que o Congresso tenderia a olhar o ministro como alguém de forte influência na destinação de verbas.

Na elaboração orçamentária, o governo deixa um espaço para que obras, por exemplo, sejam patrocinadas por parlamentares por meio de emendas. Por isso, o Desenvolvimento Regional, responsável por projetos na área habitacional, de saneamento e de gestão hídrica, é irrigado por recursos a serem apontados por deputados e senadores.

No entanto, a equipe econômica avalia que a expansão da verba do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) acabou prejudicando o espaço no Orçamento para despesas obrigatórias, como aposentadorias, e também o custeio da máquina pública.

A ideia é, então, que a pasta de Marinho não perca recursos no contingenciamento a ser feito pela equipe de Guedes. Procurado, o MDR não quis comentar.

Os ministros assumem lados opostos em Brasília. Marinho briga por mais obras com

dinheiro público, enquanto Guedes quer conter as despesas do governo.

Marinho é ex-deputado federal e foi secretário especial de Previdência e Trabalho, integrante da equipe de Guedes, durante a aprovação da reforma da Previdência. No entanto, desde fevereiro de 2020, Marinho comanda a pasta do Desenvolvimento Regional.

Foi então que os dois passaram de aliados a desafetos. As divergências sobre o uso de recursos públicos para obras e os rumos da política econômica gerou seguidos embates entre eles. Até mesmo o presidente Jair Bolsonaro já teve que intervir.

Em outubro do ano passado, durante reunião do conselho de governo, Bolsonaro determinou que cada ministro fale apenas sobre temas diretamente relacionados à sua respectiva pasta. Foi mais um gesto de apoio ao ministro a Guedes.

O Ministério da Economia avalia que a verba para Marinho em 2021 está acima do considerado aceitável e, por isso, defende que a pasta deve ser alvo dos cortes para reformular o Orçamento.

Nos bastidores, três formas para ajustar o Orçamento foram colocadas sobre a mesa. A votação de um projeto orçamentário completamente novo, o ajuste nos números pelo relator ou vetos a aumentos de despesas a serem feitos por Bolsonaro no ato da sanção.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), descartou em entrevista à Folha nesta segunda-feira (29) a possibilidade de um projeto completamente novo e parte da equipe econômica menciona os vetos como o caminho que mais faz sentido.

Independentemente de como esse ajuste será feito, a condição inicial é haver um acordo com a classe política. As conversas entre governo e aliados precisam encontrar um consenso sobre o que vai ser retirado do Orçamento.

As conversas prosseguem e dependem de refazer costuras com parlamentares. A equipe econômica tinha aceitado um acordo para encaixar cerca de R\$ 16 bilhões em emendas a mais no Orçamento durante o processo de tramitação, mas a política e aliados fo-

SENADO APROVA DEDUÇÃO DE IR PARA QUEM CONTRATAR LEITOSOS PARA USO NO SUS

O Senado aprovou nesta terça (30) um projeto de lei que busca aumentar a quantidade de leitosos hospitalares para pacientes com Covid-19, ao conceder isenções de imposto de Renda para quem contratar leitosos privados para uso no âmbito do sistema público.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. O projeto segue agora para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O projeto de autoria do deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) foi patrocinado pela cúpula do Congresso. O projeto cria o programa Pro-Leitosos, que se propõe a incentivar que empresas e pessoas físicas possam usar seus recursos para contratar leitosos hospitalares clínicos e de UTI na rede privada. Esses leitosos seriam repassados para o SUS e destinados para pacientes com Covid-19.

Um auxiliar de Guedes afirma que, se os parlamentares quiserem autonomia para gerir as contas públicas, deverão ter aprovado antes as medidas de desvinculação e desobrigação do Orçamento, defendidas pelo ministro.

As ações foram deixadas delado na tramitação do Plano Mais Brasil — conjunto de três PECs enviadas em novembro de 2019 que reformavam as contas públicas e reviam gastos obrigatórios. Os textos acabaram virando um texto desidratado, que foi aprovado sem potencial de mudanças no curto prazo.

Sem essas ações, dizem, não há margem para corte de despesas obrigatórias nem espaço para elevar gastos de interesse dos congressistas.

ram além e o montante ultrapassou R\$ 30 bilhões — inviabilizando os números.

As mudanças deixaram o Orçamento sem recursos suficientes para despesas obrigatórias, que são demandadas por leis ou pela Constituição. Por isso, Bolsonaro ficou diante de um impasse jurídico para a sanção.

Os entendimentos sobre as emendas foram feitos ao longo da tramitação com nomes como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG); o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento; o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP); e até a deputada Flávia Arruda (PL-DF), anunciada como nova ministra da Secretaria de Governo.

Agora, o objetivo do ministério é buscar manter apenas o acordo inicial de R\$ 16 bilhões em emendas extras, de forma a fazer os números (e os acordos) caberem no Orçamento. Isso permitirá que as verbas possam, de fato, ser executadas.

Para membros do Ministério da Economia, o governo parecia ter reunido uma base de sustentação no Congresso, aprovando medidas como a autonomia do Banco Central e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial que implementa gatilhos de ajuste fiscal. No entanto, a percepção é que a análise do Orçamento mostrou que a base pode se fragilizar quando esses atores buscam interesses próprios.

Um auxiliar de Guedes afirma que, se os parlamentares quiserem autonomia para gerir as contas públicas, deverão ter aprovado antes as medidas de desvinculação e desobrigação do Orçamento, defendidas pelo ministro.

As ações foram deixadas delado na tramitação do Plano Mais Brasil — conjunto de três PECs enviadas em novembro de 2019 que reformavam as contas públicas e reviam gastos obrigatórios. Os textos acabaram virando um texto desidratado, que foi aprovado sem potencial de mudanças no curto prazo.

Sem essas ações, dizem, não há margem para corte de despesas obrigatórias nem espaço para elevar gastos de interesse dos congressistas.

Efeito do fim do auxílio na economia foi menor que o esperado, diz presidente do BC

Larissa Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o efeito do fim do auxílio emergencial na economia foi menor que o esperado e que o nível de atividade surpreendeu para cima no quarto trimestre do ano passado e nos dois primeiros meses de 2021.

O titular do Banco Central participou de evento virtual do banco Daycoval nesta terça-feira (30).

“Expectativa era que, com o fim do benefício pago pelo governo aos mais pobres em razão da pandemia de Covid-19, o consumo diminuísse e a economia fosse mais impactada. “Tivemos diversas surpresas positivas [na atividade econômica]. O PIB do quarto

trimestre veio acima do esperado, e o IBC-Br (índice de atividade do BC) se recuperou quase que integralmente”, disse Campos Neto.

O presidente do BC disse que esperava desempenho pior da economia com o efeito do fim do benefício, pago pelo governo até dezembro.

“Esperávamos retração maior com efeito do fim do auxílio em janeiro e fevereiro. Curiosamente janeiro veio forte [IBC-Br], e os dados que temos até agora de fevereiro também. Isso indica que temos um crescimento mais resiliente mesmo com a retirada parcial do auxílio”, avaliou.

“Nesse cenário, o impacto do fim do auxílio foi menor que o esperado”, completou o presidente do BC. Campos Neto destacou

“Curiosamente janeiro veio forte [IBC-Br], e os dados que temos até agora de fevereiro também. Isso indica que temos um crescimento mais resiliente mesmo com a retirada parcial do auxílio”

Roberto Campos Neto presidente do Banco Central

que os indicadores ainda não mostraram os efeitos da piora na pandemia e dos novos lockdowns, mas ressaltou que o cronograma de vacinação deve avançar no segundo semestre.

“Temos uma projeção para o primeiro semestre um pouco pior que a do mercado, por uma incerteza grande em março, abril e maio”, afirmou.

Ele disse acreditar que o segundo semestre será melhor. “Entendemos que, com a reabertura da economia e com o cronograma de vacinação, o segundo semestre será mais forte”, disse.

Sobre inflação, Campos Neto reafirmou ser temporária e disse que recentemente o indicador foi afetado pelo câmbio e pela alta nos preços das commodities.



O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), durante a votação do Orçamento Pablo Valdeiras - 25.mar.21/Câmara dos Deputados

Por que economistas chamam Orçamento de 'peça de ficção'

Especialistas em contas públicas explicam problemas do texto aprovado

Thais Carranza

SÃO PAULO | BBC NEWS BRASIL "Peça de ficção", "retorno das pedaladas fiscais", "vergonhoso", "inexequível", "acinte à transparência no trato da coisa pública".

Essas foram algumas das expressões usadas nos últimos dias por parlamentares, economistas e até mesmo técnicos do governo para classificar o Orçamento federal para 2021.

A previsão de gastos do governo foi aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada, com três meses de atraso, e às vésperas do início da discussão sobre o Orçamento de 2022 —o Executivo costuma encaminhar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano seguinte até 15 de abril de cada ano.

Quais são os problemas do Orçamento aprovado? Há risco de o governo parar por falta de dinheiro? Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"? Tem como consertar? A BBC News Brasil ouviu Felipe Salto, diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, e Carlos Kawall, diretor da gestora ASA Investments e ex-secretário do Tesouro, para tirar essas e outras dúvidas sobre o Orçamento de 2021.

1. Quais os principais problemas do Orçamento?

Kawall e Salto explicam que o principal desafio na elaboração do Orçamento para 2021 é o cumprimento da regra do teto de gastos, que limita o crescimento da despesa de cada ano à variação da inflação no ano anterior.

"No fim do ano passado, tivemos uma surpresa inflacionária, com a inflação muito acima do esperado, particularmente no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige despesas obrigatórias como Previdência, abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Todas as despesas que estão ligadas ao salário mínimo", diz Kawall.

INPC é o indicador que mede a variação dos preços para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Ele é usado como referência nas negociações salariais no setor privado e no reajuste anual do mínimo pelo governo.

Com a disparada do preço dos alimentos no ano passado, o INPC fechou 2020 em alta de 5,45%, acima da expectativa do governo, que era de um avanço de 2,29%. Com isso, o salário mínimo para este ano foi fixado em R\$ 1.100,

ante previsão do governo em agosto de um salário-base de R\$ 1.067 para 2021.

"Isso criou uma defasagem entre o valor que estava no Orçamento para essas despesas e o que efetivamente se vai gastar agora", diz o economista.

2. Há risco de o governo parar por falta de dinheiro?

Segundo os economistas, esse risco, de fato, existe. Em 22 de março, o Ministério da Economia estimou que as despesas obrigatórias (que são cerca de 92% do total) estavam subestimadas em cerca de R\$ 17 bilhões.

Para resolver o problema, seria necessário o pingüentear o gasto discricionário, como é chamada aquela fatia do Orçamento sobre a qual o governo tem algum poder de decisão sobre o uso. É diferente do que acontece com o gasto obrigatório, que não pode ser redirecionado.

"Ocorre que, na hora da aprovação do Orçamento —até onde sabemos, de comum acordo com a cúpula do governo—, o relator [senador Márcio Bittar, do MDB do Acre] tirou das despesas obrigatórias um valor adicional de R\$ 26 bilhões, pra destinar mais recursos a emendas parlamentares", diz Kawall.

"Então, imagina: eu já estou devendo R\$ 17 bilhões, o relator vai lá e aumenta essa divi-

da em R\$ 26 bilhões, gerando uma deficiência no Orçamento de mais de R\$ 43 bilhões. O que era ruim ficou inviável".

Segundo Kawall, R\$ 7 bilhões podem ser abatidos desse "rombo", porque houve uma decisão do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) de postergar o pagamento de parte do abono salarial de 2021 para 2022. O abono é uma espécie de "1,9º salário" pago a trabalhadores com carteira assinada que recebem baixos rendimentos.

Amudança de calendário do abono ainda depende da edição de medida provisória. Se aprovada, ainda assim, o buraco nas contas seria de cerca de R\$ 36 bilhões, estima Kawall. "O valor de R\$ 36 bilhões é mais de 0,5% do PIB. Sob qual quer métrica, é muita grana". Para compensar esse montante com redução de despesas não obrigatórias, isso significaria reduzir esse tipo de gasto para cerca de R\$ 54 bilhões. O patamar é considerado inviável.

Onível "confortável" para a despesa não obrigatória é estimado entre R\$ 100 bilhões e R\$ 110 bilhões. Entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões é considerado um limite extremo.

"Os R\$ 54 bilhões não são factíveis. Você não tem como garantir o custeio da máquina, aí começam proble-

mas como falta de dinheiro para emitir passaporte, para pagar contas de luz e água de órgãos públicos, e tudo mais que é necessário para o custeio do governo".

3. Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"?

Segundo Kawall, há um ponto em comum entre as manobras fiscais que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) e os problemas do Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada.

"O que une as duas experiências históricas é a ideia de gastar mais. De encontrar uma maneira de contornar a regra fiscal —lá a Lei de Responsabilidade Fiscal, aqui o teto de gastos— no intuito de fazer mais gasto", diz o economista da ASA Investments.

Salto, da IFI, diz que os dois casos têm em comum Orçamentos distantes da realidade.

"A chamada 'contabilidade criativa', como ficou conhecida no período de 2008 a 2014, foi um conjunto de práticas que permitiu aumentar o gasto público, respeitando a meta de gasto primário, mas alterando essa meta", diz o economista, lembrando que, por exemplo, investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foram abatidos, depois desonerados. Kawall lembra ainda o uso de bancos públicos para financiar o Tesouro.

"O Orçamento de 2021 pode abrir a porta para problemas similares, porque a peça orçamentária está muito distante da realidade", avalia Salto. "Então esse é um risco que precisa ser mapeado, pois pode ensejar práticas de contabilidade criativa que já prejudicaram muito no passado as contas públicas".

4. Tem como consertar?

Segundo os economistas, sim, mas não há solução simples. "Quando a realidade se impuser, o Executivo vai ter que suplementar as despesas obrigatórias. Porque ele vai ter que pagar aos aposentados, não vai deixar sem pagar", diz Salto.

Somente na Previdência, a estimativa de despesa do Orçamento aprovado é de R\$ 602,9 bilhões, ante previsão da IFI de um gasto necessário de R\$ 704,5 bilhões e projeção do governo de desembolso de R\$ 712,9 bilhões. Ou seja, somente no INSS, estariam faltando entre R\$ 13 bilhões e R\$ 22 bilhões, a depender da estimativa mais ou menos conservadora.

"Para fazer essa suplementação, o governo teria duas opções: ou fazer contingenciamentos ou reestimar a receita. Mas reestimar a receita não resolve, devido ao teto de gastos", diz Salto.

Isso porque, pela regra do teto, o crescimento do gasto é limitado à inflação do ano

anterior, independentemente de haver mais ou menos arrecadação de impostos.

Assim, a única opção é contingenciar. Para cortar despesas do próprio Executivo, esbarra-se no fato de que elas estão num limite muito baixo e há risco de "shutdown", como explicou Kawall.

"Outra opção é cortar emendas parlamentares, mas elas não podem simplesmente ser cortadas para complementar despesas obrigatórias. A lei não permite. Então muito provavelmente será preciso enviar projeto de lei para fazer isso", conclui Salto.

"Então o Executivo está diante de um problema muito grave: ele vai ter que suplementar as despesas obrigatórias, criar as condições técnicas e jurídicas para conter as despesas discricionárias, e assim cumprir o teto de gastos", diz Salto, destacando que, pelas contas da IFI, o corte de despesas necessário seria de R\$ 31,9 bilhões.

5. Por que o Orçamento de 2021 gerou tantas críticas?

"Foi uma grande lambança. Um episódio muito ruim do ponto de vista da sinalização do compromisso do Congresso com o arcabouço fiscal do próprio governo", diz Kawall.

Segundo o economista, a aprovação do Orçamento também explicitou a falta de compromisso dos dois presidentes recém-eleitos da Câmara e do Senado com as reformas necessárias para reestabelecer o equilíbrio da trajetória da dívida pública.

"Outro ponto que deixou a todos atônitos é que o aumento de gastos não foi feito em resposta à pandemia", afirma Kawall.

"Muita gente acreditava que o governo fosse usar o novo decreto de calamidade [incluído na PEC Emergencial aprovada em fevereiro] para tentar fazer mais gastos com auxílios via créditos extraordinários, como no ano passado", diz o economista.

"O que deixa a mensagem dessa 'pedalada' mais amarga é ver que não. Eles não fizeram isso para ter mais dinheiro para combater a pandemia, para apoiar os necessitados. Fizem isso para poder ter mais emenda parlamentar, mais gasto com uma ótica puramente eleitoral".

"É uma postura política abominável das lideranças políticas do Congresso, com o beneplácito do Executivo. Num momento tão dramático como o que estamos vivendo, de falta de vacina, falta de oxigênio, falta de recursos para apoiar os mais pobres, o Congresso simplesmente olha para sua própria barriga e aprova uma flagrante ilegalidade com fins meramente eleitorais. Então tem esse lado chocante também do ponto de vista humano", conclui o economista.

Congresso está aberto a negociar correções no texto, afirma Pacheco

BRÁSILIA | REUTERS O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta terça-feira (30) que o Congresso está aberto a discutir como o governo eventuais correções ao Orçamento de 2021.

O senador também informou que já avalia com o presidente da Câmara, Arthur Lira, (PP-AL), uma prorrogação por 30 dias dos trabalhos da comissão mista que discute a reforma tributária. O prazo da comissão se encerraria nesta quarta-feira (31).

Pacheco afirmou ainda que levará para discussão do colégio do líderes, na próxima semana, requerimento de convite ao novo ministro da Defesa, Braga Netto. O presidente do Senado afirmou que não iria especular qual seria a intenção, mas argumentou que a escolha de ministros é prerrogativa

do presidente da República.

O Congresso aprovou na quinta-feira (25) o projeto de Orçamento de 2021 com despesas subestimadas e cortes em diversas áreas classificadas como obrigatórias, que foram destinadas às emendas parlamentares. Entre as despesas com as quais os parlamentares passaram a prever gastos menores, estão ainda abono salarial e subsídios para crédito agrícola.

Como o Orçamento já estava com despesas subestimadas por causa da falta de atualização do valor do salário mínimo, haveria, na avaliação de governo e especialistas em contas públicas, necessidade de um corte de despesas de ao menos R\$ 30 bilhões.

Além disso, a peça orçamentária traz irregularidades, como previsão de adiamento de

despesas e outros mecanismos para que seja possível burlar o teto de gastos.

Projeção divulgada na segunda-feira (29) pela IFI (Instituição Fiscal Independente) diz que o Orçamento possui uma previsão de despesas sujeitas ao teto de gastos que irá extrapolá-lo em R\$ 31,9 bilhões.

A equipe econômica disse que o texto é inexequível. Para cumprí-lo, avaliam, o governo teria que fazer um congelamento orçamentário que paralisaria a máquina pública. Até sexta-feira (26), a estratégia pensada era convencer parlamentares a trocar a destinação de suas emendas.

Em vez de destinar a uma obra, passar a um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias e benefícios sociais ou custeio da máquina pública.

MATERIAL PUBLICITÁRIO

JÁ PENSOU EM INVESTIR NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA?

INVISTA NA BLAU.

IPO DA BLAU FARMACÊUTICA.

Saiba mais: ri.blau.com.br

LEIA O PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO FATORES DE RISCO.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 31/03/2021	Caderno: Economia



Com pandemia, carga tributária fecha 2020 em 31,6% do PIB, menor patamar em dez anos

Valor é 0,87 ponto porcentual menor que o observado em 2019; queda na carga tributária foi vista nos impostos municipais e nos federais, enquanto os tributos estaduais registraram alta

Idiana Tomazelli e Célia Froufe, O Estado de S.Paulo

30 de março de 2021 | 20h09

BRASÍLIA - Os efeitos da pandemia do **novo coronavírus** sobre a atividade econômica e as isenções de tributos concedidas para o enfrentamento da crise levaram a carga tributária bruta do **Brasil** a ter uma queda em 2020. O dado foi estimado em 31,64% do **Produto Interno Bruto (PIB)** no ano passado, segundo o **Tesouro Nacional**.

A carga é 0,87 ponto porcentual menor que o observado em 2019, quando ficou em 32,51% do PIB. Por essa estimativa, a carga tributária no ano passado foi a menor desde pelo menos 2010.

Segundo o Tesouro, a queda na carga tributária foi verificada tanto nos tributos federais quanto nos municipais. A carga do governo central, a mais significativa delas, caiu de 21,86% para 20,99% do PIB na passagem de 2019 para 2020. Já nos municípios, a proporção recuou de 2,25% para 2,12% no mesmo período.

A carga dos tributos estaduais, por sua vez, aumentou na passagem do ano, de 8,40% para 8,53% do PIB, o maior porcentual no período analisado, desde 2010.

Na divisão por tipo de tributo, a principal redução na carga ocorreu em seu maior grupo, os impostos sobre bens e serviços. Esse conjunto de tributos sofreu queda na

arrecadação de 0,55 ponto porcentual do PIB em 2020. As principais reduções foram **PIS/Cofins** (-0,34 pp do PIB), **IOF** (-0,26 pp do PIB), essencialmente pela instituição de alíquota zero para as operações de crédito devido à crise, e **ISS** (-0,06 pp do PIB).

O **subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, Pedro Jucá**, destacou que a carga tributária brasileira está muito próxima à média cobrada por nações mais ricas. Segundo ele, entre os membros da **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**, essa média está em 33,9% do PIB. “O Brasil está 1,3 ponto porcentual abaixo da média da OCDE, ou seja, está muito próximo da média de tributação de países ricos”, disse ele. Jucá ponderou apenas que os dados da comparação internacional se referem a 2018, os mais recentes disponíveis.

Em relação aos países da **América Latina**, o Brasil está quase 10 pontos porcentuais acima dos vizinhos. “Por isso é importante ter melhor eficiência do gasto público e mais contenção das despesas”, afirmou Jucá.

O subsecretário ressaltou ainda que o Brasil, assim como outros países menos ricos, centra sua cobrança de tributos sobre bens e serviços, enquanto nações mais desenvolvidas têm foco na renda de lucros e bens de capital. “Isso deixa o perfil da tributação do Brasil regressiva. O pobre paga igual ao rico. Não é progressiva, ou proporcional à renda. O pobre paga mais tributo do que o rico quando consome bens e serviços”, avaliou.

A carga tributária bruta estimada pelo Tesouro Nacional é um dado que compõe a prestação de contas da Presidência da República, analisada pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)** no primeiro semestre. Trata-se de uma estimativa, uma vez que o dado oficial é divulgado pela **Receita Federal** no segundo semestre.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 31/03/2021	Caderno: Economia



Comissão da reforma tributária faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida

Prazo de funcionamento se esgotava hoje, mas foi prorrogado até 30 de abril; o relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro, precisa apresentar seu parecer sobre as três propostas em análise – da própria Câmara, do Senado e do governo

Andres e Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo

31 de março de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Após um ano, a comissão mista de **reforma tributária** não avançou e ganhou sobrevida de um mês com a prorrogação dos trabalhos pelo **Congresso**. A pressão maior se volta, agora, para o relator da proposta, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, para que finalmente apresente o seu parecer com a fusão das três propostas em discussão: a da Câmara, a do Senado e o projeto de lei enviado pelo governo que cria um novo imposto da união da **PIS/Cofins**.

O anúncio da prorrogação ocorreu no mesmo dia em que o relator foi escolhido como líder da maioria no Congresso no lugar do senador **Roberto Rocha (PSDB-MA)**, presidente da comissão mista. Ao lado do novo líder, o presidente do **Senado, Rodrigo Pacheco**, anunciou a prorrogação do prazo, que terminava hoje e foi estendido até o dia 30 de abril. O funcionamento da comissão já tinha sido prorrogado em dezembro passado.

“Tem de falar com o relator, ele que tem de dizer sobre o relatório. Eu tenho cobrado o relatório”, disse Rocha ao **Estadão**. Dias antes da decisão, ele havia dito que não pediria mais a prorrogação do funcionamento.

Desde a mudança do comando das presidências da **Câmara** e do Senado, a comissão foi mantida, mas o relator não apresentou o parecer. Ribeiro não quis até agora apresentar o parecer, que vem construindo desde o ano passado, sem saber qual será o

destino formal depois de apresentado o texto, já que cada uma das duas Casas têm **Propostas de Emenda Constitucional (PEC) de reforma**: PEC 45 (Câmara) e Senado (110). Além disso, há também o projeto de lei do governo que unifica PIS e Cofins.

“A prorrogação dos trabalhos da comissão só faz sentido se acompanhada finalmente da apresentação do relatório”, disse o tributarista **Luiz Bichara, da Bichara Advogados**. Para ele, o relatório deveria contemplar questões relativas a tributação sobre a renda, não mais apenas sobre consumo, de forma a atender aos novos desafios do atual nível de endividamento público do Brasil após a pandemia

A decisão sinaliza mais atraso na votação da proposta num cenário de incerteza que tem marcado a reforma, já que a comissão mista tem caráter informal.

No início de fevereiro, Pacheco e o presidente da Câmara, **Arthur Lira (PP-AL)**, anunciaram um **acordo para aprovar a reforma no Congresso em um prazo de seis a oito meses**.

A falta de um alinhamento sobre o conteúdo da proposta, porém, pode inviabilizar uma votação nas duas Casas legislativas. “Temos de considerar que, além da complexidade, a reforma tributária é prioridade”, disse o presidente do Senado.

Quando assumiu a presidência da Câmara, Lira chegou a cogitar retirar Ribeiro da relatoria. Mas o relator teve apoio do Senado para ficar na posição. Segundo Roberto Rocha, a prioridade hoje é salvar vidas na pandemia, mas ponderou que a reforma tributária é a que tem maior impacto, inclusive, para a área social. “Tem de salvar também vidas das pessoas jurídicas, porque estaremos salvando empregos e pessoas físicas”, disse Rocha.

Refis

Enquanto o prazo da comissão é prorrogado, Roberto Rocha articulou a inclusão na pauta de hoje do Senado de projeto de sua autoria que cria o **Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap)** para declaração voluntária de bens ou cessões de direitos de origem lícita de bens (móveis ou imóveis), declarados incorretamente ou com valores desatualizados.

Essa atualização se aplica aos bens que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, e que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção.

A alíquota do **Imposto de Renda (IR)** prevista no projeto é de 1,5% para a atualização, mas o valor no parecer a ser votado deve subir. “Se ficar em 3%, é ainda um quinto dos 15% que tem de pagar no ganho de capital”, disse Rocha.

O presidente do Senado também pressiona pela abertura de um novo programa de parcelamento de débitos (Refis), como mostrou o **Estadão**.

Aprendizado com “pedaladas” torna aprovação mais difícil

Tesouro melhorou substancialmente a sua governança após desgaste sofrido na época

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

31/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

É perfeitamente possível ocorrer um “apagão da caneta” em virtude da atual estrutura do Tesouro Nacional, que teve uma dura aprendizagem com as chamadas “pedaladas fiscais”. As “pedaladas” consistiram no adiamento do pagamento de despesas para abrir espaço para mais gastos. Como resultado de todo o processo de desgaste pelo qual passou naquela época, o órgão melhorou substancialmente a sua governança. “O Tesouro aprendeu muito nos últimos anos”, disse ontem o secretário da instituição, Bruno Funchal.

Ele comentou as declarações do ex-secretário Tesouro Mansueto Almeida de que teria medo de assinar documento com os valores aprovados pelo Congresso Nacional para o Orçamento deste ano. As declarações de Mansueto foram feitas durante live promovida ontem pelo **Valor**. A expressão “apagão da caneta” foi criada pelo economista Carlos Kawall, também ex-secretário do Tesouro e que participou da live, numa referência ao fato de que os técnicos do órgão simplesmente podem se recusar a referendar, com suas assinaturas, um Orçamento da União fictício, em que as despesas obrigatórias estão subestimadas.

Na época das “pedaladas”, o trabalho no Tesouro era feito de forma autárquica, com cada área atuando de forma independente sem troca de informação. Muitas coisas eram solicitadas sem formalização. Tudo isso começou a mudar a partir da gestão do ex-secretário Marcelo Saintive, em 2015. Foram criados seis comitês ligados a

temas de relevância, como planejamento fiscal, dívida pública, garantias concedidas, segurança da informação e comunicação e de programação financeira e gestão.

Os integrantes dos comitês são técnicos, altamente especializados, e, deles, o secretário do Tesouro não participa. Os comitês fazem avaliações e recomendações ao secretário sobre ações que devem ser adotadas. O Comitê de Programação Financeira, mais conhecido internamente como CPF, é que vai analisar a execução do Orçamento fictício aprovado pelo Congresso para 2021. Ele vai fazer uma série de recomendações ao secretário, que, provavelmente, serão transformadas em sugestões de veto. “Não há hipótese de os integrantes deste comitê assinarem atos que não estejam em conformidade com essas avaliações e recomendações”, assegurou ao **Valor** fonte da área econômica.

Há um dado relevante para se compreender a blindagem que hoje o corpo técnico do Tesouro possui em relação a interferências políticas. Todas as atas das reuniões do CPF, em que são discutidos os relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas e os decretos de programação orçamentária e financeira, são encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Não existe uma obrigação legal para isso. Mas o Tesouro envia as atas ao TCU para garantir transparência de suas decisões. Assim, o tribunal terá todos os detalhes das avaliações que serão feitas pelo CPF sobre o chamado Orçamento fictício de 2021.

A questão principal que será avaliada pelo CPF, segundo explicaram as fontes consultadas, é que as despesas obrigatórias para este ano estão subestimadas, o que torna impossível elaborar a programação financeira da União.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola E7 Power, Azul Metálico, Tela de 6.5", Android 10, Câmera de 13+2MP, Frontal de 5MP, 32GB

R\$ 899

CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

LAWYERS FAVORITE

Cai urgência de ICMS dos combustíveis

Câmara dá prioridade à produção de oxigênio medicinal

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

31/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro retirou ontem o requerimento de urgência para o projeto que muda a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, como gasolina e diesel. A proposta passaria a trancar a pauta de votações da Câmara dos Deputados a partir de hoje, o que impediria a análise de outros projetos de lei até que fosse votada, mas o texto ainda não tinha nem relator de plenário indicado oficialmente e saiu de pauta.

Os deputados decidiram, desde a semana passada, votar apenas projetos relacionados a pandemia da covid-19 por 15 dias, diante do crescimento das mortes no país. O projeto do ICMS, contudo, impediria esse plano. Segundo o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), a proposta ainda não tem acordo para ir a votação no plenário.

O texto para mudar a forma de cálculo do ICMS foi enviado ao Congresso em fevereiro, em meio a tentativa do presidente de culpar os governadores pelo aumento no preço dos combustíveis, como a gasolina e o diesel, que levou também a troca do presidente da Petrobras.

Com a decisão de retirar a urgência, publicada ontem numa edição extra do Diário Oficial da União após a reunião dos líderes partidários, não há prazo previsto para votação do projeto. O tema deve ser debatido na Comissão de Finanças e Tributação, onde o deputado Júlio César (PSD-PI), coordenador da bancada do Nordeste e presidente da comissão, se automeou relator.

Os deputados decidiram ontem continuar a priorizar projetos relacionados a covid-19. Governistas tentaram emplacar uma mudança na compra de vacinas pela iniciativa privada, sem a necessidade de doar toda a aquisição para o Sistema Único de Saúde (SUS), mas não houve acordo com a oposição e o texto será discutido por um grupo de trabalho comandado pelo deputado doutor Luizinho (PP-RJ).

A vacinação pelo setor privado já foi votada pelo Congresso no começo de março e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, quando ficou decidido que todas as vacinas compradas por empresas teriam que ser doadas para os SUS enquanto o poder público não tivesse vacinado todos os grupos prioritários (como idosos, pessoas com comorbidades, professores e profissionais da saúde). Após isso, metade das doses teria que ir para o SUS.

Aliados de Bolsonaro, Luciano Hang, da Havan, e Carlos Wizard, do Grupo Sforza, foram a Brasília se reunir com autoridades como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para pedir mudança na lei que permita vacinar seus funcionários antes dos grupos prioritários. A ideia dos partidos governistas é retomar a ideia original desse projeto, de doação de 50% das doses para o SUS durante a fase de vacinação dos grupos prioritários e depois permitir a livre aquisição das vacinas para qualquer faixa etária.

A Câmara votou ontem dar prioridade à produção de oxigênio medicinal e aprovou projeto para que a indústria fique livre de multas ao romper contratos de fornecimento para outros setores se decidir direcionar sua produção para os hospitais públicos e privados durante a pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola E7 Power, Azul Metálico, Tela de 6.5", Android 10, Câmera de 13+2MP, Frontal de 5MP, 32GB

R\$ 899

CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

Combustível puxa a alta de 2,94% no IGP-M, maior taxa de março desde 1995

Índice de Preços ao Produtor de fevereiro subiu 5,22% na comparação com janeiro

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

31/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



André Braz: "Os preços monitorados estão subindo mais este ano" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, subiu 2,94% em março ante fevereiro, na série com ajuste sazonal, na maior taxa para o mês desde 1995. A subida do indicador em março foi puxada por combustíveis, elevação que pode ser temporária, mas a composição da inflação fez o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) revisar a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, de 4,3% para 5,1% ao fim de 2021, bem acima dos 3,75% do centro da meta.

André Braz, economista e coordenador dos índices de preços do Ibre, diz que pela projeção atual o IPCA deve chegar a 7% até fim do primeiro semestre, no acumulado em 12 meses. A partir de julho deve começar uma desaceleração que se acentua em outubro, considerando o efeito base. A inflação, explica, vai chegar na prateleira mais forte do que se esperava em razão de aumentos mais permanentes. O aumento de preço da gasolina, aponta, é um choque que tende a ser temporário.

Já a elevação de outros itens dos preços ao consumidor tem efeito mais permanente, como o aumento de energia elétrica, tarifa de ônibus, planos de saúde e medicamentos, cita ele. "Esses são ajustes permanentes que vão vigorar pelos próximos 12 meses e entram em definitivo na conta de inflação do ano. Os preços monitorados estão subindo mais neste ano e explicam mais a inflação de 2021, impedindo que tenhamos taxas mais baixas."

O economista ressalta que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPA) foi alta, mesmo retirando-se os combustíveis. Componente que tem peso de 60% do IGP-M, o IPA apontou inflação de 3,65% em março, ante 3,28% em fevereiro, sempre na margem, com ajuste sazonal. Sem o diesel e a gasolina, o IPA de março cai para quase 3%. No Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - com peso de 30%-, a gasolina e o diesel, diz, foram fundamentais. Excluindo-se os itens, o IPC, que subiu 0,98% em março teria variação reduzida para 0,3%.

Os indicadores de inflação de março, diz Braz, mostram a continuidade do processo de repasses de preços da cadeia produtiva, que começou nas matérias-primas brutas e agora se espalha para os demais níveis de produção. Dentro do IPA, diz, fungicidas, usados como defensivos agrícolas, subiram quase 4% em março, ante aumento de 2% em fevereiro. Fertilizantes subiram 15%, embalagens aumentaram

4% e materiais e componentes para construção dentro do IPA tiveram alta de 3,5%, destaca, sempre em março, na margem.

Os preços médios de matérias-primas dentro do IPA subiram 70,1% no acumulado de 12 meses em março, e os bens intermediários, 37,4%. Bens finais subiram 21,2% no mesmo critério. Esse fenômeno, diz Braz, deve continuar ao longo do primeiro semestre. “Poderemos ver até taxas de IPA mais baixas, mas com certeza elas irão superar as que o indicador mediu no primeiro semestre do ano passado.”

Braz destaca que os preços de matérias-primas brutas estão aumentando mais lentamente, mas não deixaram de subir. No IPA, as matérias-primas subiram 2,11% em março ante 3,72% em fevereiro. “Houve desaceleração, mas continuaram subindo, gerando novo aumento em cima dos já acumulados. A boa notícia só virá quando tivermos um número negativo em várias matérias brutas de efeito, como soja, milho, trigo e minério de ferro. Quando eles ficarem negativos, há chances de vermos alguma desaceleração no IPA.”

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), também divulgado ontem, subiu 5,22% em fevereiro, frente a janeiro, e é o segundo recorde seguido. Em janeiro, a alta tinha sido de 3,55%, após a revisão do dado inicialmente divulgado de 3,36%. É o 19º aumento seguido na comparação com o mês anterior. No acumulado em 12 meses até fevereiro, a alta foi de 28,58%, também recorde da série histórica, ante 23,19% do desempenho até janeiro. O índice acumulou variação de 8,95% nos dois primeiros meses do ano, o maior da série para o período. Até então, o maior ganho tinha ocorrido em 2014 (1,83%). **(Colaborou Lucianne Carneiro, do Rio)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola E7 Power, Azul Metálico, Tela de 6.5", Android 10, Câm. Tras. de 13+2MP, Frontal de 5MP, 32GB

R\$ 899

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

Corte de burocracia pode poupar R\$ 3,5 bi

Governo estima que valor deixaria de ser gasto pelo setor privado nas operações de importação

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

31/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo estima que proporcionará ao setor privado uma economia de R\$ 3,5 bilhões ao ano com a eliminação de travas à importação e burocracia, e mais R\$ 80 milhões em taxas pagas ao governo nessas operações, disse ao **Valor** do secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz. Boa parte dessa economia virá da Medida Provisória (MP) de Ambiente de Negócios, anunciada na segunda-feira passada.

Outro ponto de impacto é o que torna obrigatória a adesão de 22 órgãos que atuam na autorização de importações, como a Anvisa e o Inmetro, ao Portal Único do Comércio Exterior.

“O intuito é desburocratizar, tornar os sistemas mais simples, desonerar”, afirmou o secretário de Comércio Exterior. “Em resumo, aumentar a qualidade da intervenção do Estado na economia ou, como diz o ministro Paulo Guedes, tirar o governo do cangote do empresário.”

Já implantado para as exportações, o Portal Único do Comércio Exterior reduziu o tempo gasto com procedimentos na operação de 13 para sete dias. Nas importações, o funcionamento ainda é parcial e deverá chegar a 100% apenas em 2022.

Todo o trabalho já vem sendo feito sem que o portal esteja numa lei. Segundo Ferraz, tornar obrigação legal a adesão dos órgãos anuentes é importante para não

repetir o que aconteceu com o Siscomex. Criado para ser uma janela única, o sistema acabou sendo parcial, com vários órgãos criando sistemas próprios.

A MP também concretiza o fim do Siscoserv, um sistema criado para registrar importação e exportação de serviços.

Complexo e burocrático, o sistema foi desligado em agosto passado. Com isso, empresas foram dispensadas de fazer 5,4 milhões de registros por ano.

A MP também proíbe a exigência de Licenças de Importação (LI) para verificação do preço dos produtos importados. Segundo o secretário, existia uma espécie de lista de preços mínimos para bens vindos do exterior, com o objetivo de evitar irregularidades como o subfaturamento.

Ocorre que essa exigência criava uma espécie de reserva de mercado. “É abuso de poder regulatório”, afirmou. Para combater fraudes, disse ele, foi criado um grupo com integrantes da Receita Federal e da Secretaria de Comércio Exterior para apurar denúncias.

Com essa proibição, que já vem sendo aplicada gradualmente desde outubro, foram eliminadas 350 mil Lis por ano. As taxas que as empresas deixam de pagar somam R\$ 30 milhões e a eliminação do custo da mercadoria parada chega a R\$ 1 bilhão.

A MP também deixa de exigir LI para mercadorias suspeitas de virem de um país diferente do informado. Segundo Ferraz, a simples suspeita dessa prática levava o Brasil a exigir licenças para a importação do produto, independentemente de sua origem. Com a MP, as operações seguirão normalmente, enquanto é feita a investigação.

Com essa e outras medidas já adotadas pela Camex, o número de licenças dispensadas chega a 600 mil por ano. É um corte de 50%. A economia com taxas pagas pelas empresas chega a R\$ 50 milhões por ano e o custo eliminado com a demora na importação é da ordem de R\$ 2,5 bilhões.



Douglas Campanini: interpretação da Receita pode gerar questionamentos — Foto: Divulgação

Empresas que contratam prestadores de serviços com decisão judicial para excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins devem recolher integralmente as contribuições, sem deduzir a parcela referente ao imposto municipal. A orientação consta da Solução de Consulta nº 36, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal.

Publicada na segunda-feira, a interpretação da Cosit, de acordo com advogados, vincula os auditores fiscais e todos os contribuintes na mesma situação.

Alguns prestadores de serviço são obrigados por lei a reter, em guia única, o valor do

PIS e da Cofins e da CSLL com alíquota de 4,65% sobre o valor bruto da nota fiscal. Com isso, o tomador adianta o recolhimento à Receita Federal e paga ao prestador o montante contratado com o desconto dos tributos.

A consulta à Receita foi formulada por empresa que presta serviços contábeis, financeiros e de suporte de tecnologia da informação (TI). Ela possui decisão judicial para excluir o ISS da base de cálculo das contribuições sociais e queria saber se a determinação se estende à retenção na fonte.

A resposta da Receita Federal foi negativa. Para a Cosit, a “retenção é norma que tem força própria e independente”. Logo, se a decisão judicial obtida pelo contribuinte não faz referência específica sobre a retenção deve prevalecer o artigo 30 da Lei nº 10.833, de 2003, que prevê a antecipação dos tributos sobre o valor total dos serviços prestados.

“Analisando-se o provimento judicial obtido pela consulente, não se verifica a

tendo em vista o comando legal, não é possível ao contribuinte excluir qualquer parcela do valor bruto da nota referente à retenção, nos termos do artigo 2º da IN RFB nº 459, de 2004”, afirma a Cosit.

Douglas Campanini, sócio diretor da Athros Auditoria e Consultoria, diz que a interpretação da Receita pode gerar questionamentos. Na solução de consulta, acrescenta, a Cosit estabelece três condições para que decisões judiciais que suspendem total ou parcialmente a exigência do tributo se reflitam na retenção na fonte.

Uma delas é que a ação judicial determine especificamente que o tomador recolha os tributos deduzindo os tributos inexigíveis - no caso concreto, que o PIS/Cofins seja adiantado descontada a parcela do ISS. “A decisão judicial teria que dar um comando para o tomador do serviço. As empresas terão que ter cautela para inserir esse pedido nas petições formuladas ao Judiciário”, afirma Campanini.

Para o advogado Breno de Paula, trata-se de “ativismo” da Receita Federal para tentar tornar sem efeito as ordens do Judiciário. “A decisão judicial obtida pelo contribuinte deve ser cumprida por todos, inclusive pelos tomadores de serviço.”

Programa de redução de jornada pode ficar fora do teto de gasto

Uso de créditos extraordinários é alternativa com Orçamento desequilibrado

Por **Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Edna Simão** — De Brasília

31/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Diante de um Orçamento que estoura o teto de gasto em pelo menos R\$ 30 bilhões, o governo poderá lançar mão de créditos extraordinários para bancar programas emergenciais da pandemia. O Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que nessa nova edição deve custar perto de R\$ 10 bilhões e atender 4 milhões de trabalhadores, pode ser financiado desta maneira, segundo informou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

A realização de gastos com a pandemia fora do teto, como tende a ser o caso do BEm, deve atender a algumas condições, segundo explicou o ministro da Economia, Paulo Guedes. As despesas devem ter valor limitado, ser diretamente relacionadas com a covid-19 e ser extraordinárias, ou seja, ter duração limitada. Assim, disse, será mantido o duplo compromisso do governo: com a saúde da população e com o equilíbrio fiscal.

“Temos espaço, nessa cauda da pandemia, para atuar”, disse Guedes. “Desde que diretamente para a covid-19 e desde que diretamente para a saúde, ou para atenuar impactos sociais trazidos pela pandemia.” Ele acrescentou que esses gastos não precisam ficar estritamente dentro do teto.

A nova rodada do BEm está “demorando um pouco” para sair porque há “vários pontos fiscais a serem avaliados”, explicou o secretário especial de Previdência e

Trabalho, Bruno Bianco, citando “percalços” ligados ao Orçamento recém-votado e ainda não sancionado. Há questões ligadas ao teto de gastos e à meta fiscal, segundo o secretário.

“Estamos ponderando a utilização de crédito extraordinário”, afirmou Bianco. Mas mesmo que o governo opte por esse caminho, acrescentou, haverá insegurança enquanto não forem concluídos os trâmites orçamentários. “Enquanto não há finalização do Orçamento, existe uma preocupação de que não teremos a segurança necessária para se valer do crédito extraordinário. Isso porque ainda poderia haver espaço para fazer [o programa] dentro do Orçamento”, afirmou. Segundo ele, o novo BEm deve ter o mesmo formato adotado no ano passado.

O Orçamento de 2021, que com seu desequilíbrio se transformou em um problema, foi relatado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC). Ele foi responsável também pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, agora já promulgada como Emenda Constitucional 109. Guedes se queixou de alterações feitas na PEC que agora dificultam a adoção de medidas para enfrentar a pandemia. São dois dispositivos que constavam do texto elaborado pelo governo, mas foram retirados no Congresso.

Um deles permitiria que, em 2021, gastos com a prorrogação de programas de enfrentamento aos efeitos da pandemia pudessem ser excepcionalizados das regras fiscais, desde que tivessem valor definido, fossem ligados à pandemia e tivessem duração limitada. O outro dispositivo retirado estabelecia regra semelhante num “protocolo de crise” a ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2022. “Esse vaivém e a falta de comunicação clara acabaram resultando na retirada da cláusula”, disse.

Mesmo sem essas cláusulas, é possível ao governo propor créditos extraordinários, que não são contados no teto de gastos, para fazer frente à pandemia. Essa medida está em discussão. O **Valor** informou na semana passada que há nos bastidores uma disputa para ocupar, com medidas relacionadas à covid-19, um espaço fiscal de R\$ 20,9 bilhões que se abriu este ano com a revisão, para cima, das projeções de arrecadação.

Programas de concessão de Estados somam R\$ 25 bi

Reequilíbrio econômico-financeiro deve ganhar agilidade

Por Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 9 meses



Paulo Resende, da Dom Cabral: expectativa em relação à concorrência — Foto: Divulgação

Rodovias, aeroportos regionais e projetos de mobilidade urbana que têm potencial para representar mais de R\$ 25 bilhões em investimentos poderão ser licitados pelos governadores nos próximos meses. A malha rodoviária estadual sob administração da iniciativa privada poderá crescer nos próximos meses, se depender do esforço dos governadores de manter os programas de concessão.

As equipes de estruturação de projetos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Piauí continuam trabalhando para levar adiante concessões e PPPs na área de transportes, com destaque para a transferência de rodovias. A pandemia tornou nebulosa a janela de quando as licitações poderão ser realizadas, mas já se trabalha em cláusulas nos contratos que permitam reequilíbrios econômico-financeiros mais ágeis. Outra discussão se refere aos efeitos da pandemia sobre os parâmetros macroeconômicos usados nos estudos.

Em Minas Gerais, avalia-se quais usos o aeroporto da Pampulha pode ter na malha aérea, estuda-se a concessão de sete lotes de rodovias com 3.000 quilômetros de extensão e a modelagem de um rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que poderá envolver R\$ 9 bilhões em investimentos. Até o fim do mês, o governo mineiro espera ter em mãos um plano de ação sobre os impactos que a pandemia terá sobre a demanda.

“Um desafio que surge com a pandemia é o impacto sobre a contagem do tráfego nesse momento de queda da demanda. Então precisamos avaliar se é possível avançar com dados secundários, qual tipo de refinamento pode ser feito em dados primários”, diz o secretário de Transportes, Marco Aurelio Barcelos.

No Rio Grande do Sul, dois lotes rodoviários estão em fase mais adiantada para poderem ser colocados em licitação: a ERS 324 e a RSC 287. Somados, eles abrangem pouco mais de 300 quilômetros de rodovias e preveem investimentos superiores a R\$ 3 bilhões. Estão sendo feitos alguns ajustes nos contratos, principalmente em relação ao fluxo de investimentos para equilibrar a injeção de capital no início do empreendimento e criar gatilhos de demanda mais aderentes ao tráfego, diz Bruno Vanuzzi, secretário extraordinário de Parcerias do Rio Grande do Sul.

Por serem lotes com extensão menor do que os que têm sido oferecidos pela União e por Estados como São Paulo, que concederam estradas com mais de mil quilômetros nos últimos dois anos, o governo gaúcho acredita que as duas rodovias poderão atrair o interesse de novos entrantes, principalmente europeus. “A RSC-287 já tem dois pedágios rodando, ela tem atraído a atenção de empresas que querem ingressar no Brasil e olham ativos menores, como alguns europeus”, afirma Vanuzzi.

Estado com a maior malha sob administração privada, São Paulo trabalha em projetos de rodovias, aeroportos regionais e mobilidade urbana. Somados, eles poderão representar mais de R\$ 10 bilhões em investimentos. Em rodovias, o mais avançado projeto é o da concessão de trecho rodoviário do litoral paulista, com investimentos previstos de R\$ 3,1 bilhões. O estudo de risco de demanda está sendo aprofundado. O momento para se colocar a licitação no mercado também está sendo avaliado com a pandemia. “Estamos analisando para ver qual será o melhor momento”, afirma a subsecretária de Parcerias do governo paulista, Tarcila Reis Jordão.

Essas licitações deverão ser realizadas perto de outras conduzidas pelo governo federal, como a da relicitação da via Dutra, cujo contrato de concessão, de 25 anos, expira em fevereiro de 2021. Ao longo de 30 anos, são esperados R\$ 30 bilhões em investimentos e uma tarifa 20% mais baixa que a atual.

Com modelagem feita em parceria entre a Empresa de Planejamento Logística e o Banco Mundial, a concessão trará novidades, como um trecho de 12 quilômetros em que haverá pela primeira vez no Brasil a adoção do sistema de free flow (pedágio com cobrança automática e sem cancela). “É uma licitação sobre um ativo com grande importância para o setor rodoviário brasileiro, há expectativa sobre como será a licitação e se haverá concorrência nela”, diz o coordenador de logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Moto E7 Plus Azul Navy, com Tela de 6,5", 4G, 64GB e Câmera de MP* + 2MP - XT2081-1